



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 459 - DE 28 DE JULHO A 11 de AGOSTO DE 2013 - R\$ 3,00



**O papa no Brasil, fora o papa!
Pela separação da Igreja com o Estado!
Nenhuma confiança na promessa de um mundo melhor!
Confiar na força coletiva da luta dos explorados!**



**Avança a crise econômica:
Responder com o programa proletário!**



Enfrentar a repressão sobre a juventude!!

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Governador do Rio de Janeiro evoca instrumento da ditadura militar Fim da Comissão policial de Cabral!

Sérgio Cabral criou a Comissão Especial de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas (CEIV). Apresentou o projeto original à imprensa de um jeito e publicou no Diário Oficial de outro. As operadoras de telefonia e os provedores de internet têm 24 horas para atender as informações exigidas pela CEIV. O decreto 44.302, assim, passou a ser questionado em sua legalidade.

A Comissão de Cabral assemelha-se às comissões de inquérito da ditadura militar, lembrou o advogado Técio Lins e Silva. De fato, é formada pela Polícia Civil e Militar, a Secretaria da Segurança Pública e o Ministério Público. O que se questiona, no entanto, é apenas o seu poder de impor 24 horas às operadoras e provedores em quebrar o sigilo dos usuários, considerados suspeitos. O problema é ainda maior. A CEIV expressa uma ofensiva dos órgãos de repressão ao movimento das massas.

Durante as manifestações, sob a máscara do direito à manifestação pacífica, procura-se caçar a juventude que se destacou enfrentando a polícia nas ruas. Os ataques a bancos, lojas, prédios públicos, etc. expressaram o ódio de uma parcela da juventude extremamente oprimida. Certamente, não é por essa via que se fortalecerá o movimento de massa, que se manteve descolado da linha de frente desse contingente, que a imprensa burguesa taxou de “vândalos”. Mas quem deve discipliná-lo são os próprios explorados em luta, por meio da política e dos métodos proletários. O que é oposto à forma de delação pelos manifestantes preconizada pela burguesia e pela polícia.

O destacamento combativo da juventude cumpre um papel valioso no desenvolvimento da capacidade de luta do movimento, desde que esteja sob a política revolucionária. As ações voluntárias e desvinculadas do desenvolvimento da luta das massas acabam servindo à reação. Nas condições políticas atuais, os confrontos isolados colocaram os governos e seu aparato de repressão em posição de defesa, esperando que as massas refluem. Em outras circunstâncias, podem passar para a ofensiva aproveitando-se do isolamento do destacamento jovem combativo.

O fundamento do método revolucionário é o da luta de classes. A violência da maioria explorada contra a violência da minoria exploradora se dá sob o programa, as reivindicações e a estratégia de poder. É preciso rejeitar e combater o pacifismo burguês e pequeno-burguês por meio da política proletária e dos métodos da luta de classes. A violência isolada de pequenos grupos, por mais razão que tenham para isso, é estranha à luta proletária, tem a ver com o desespero pequeno-burguês.

Nossa reprovação às ações que o pequeno destacamento faz à margem das massas não significa deixar de combater



Rio de Janeiro: protestos quase diários contra o governador Sérgio Cabral

a repressão do Estado. É preciso não só defendê-lo contra os ataques seletivos da burguesia, como também politizá-lo como vanguarda combativa e elevar sua consciência para o programa da revolução proletária.

Os governos e a polícia aguardam o momento para atacar mais fundo esse contingente jovem, cuja energia e valentia devem servir de exemplo. Evidentemente, deve-se observar a infiltração dos provocadores da polícia. A caça já começou com as identificações e os processos. A Comissão policial montada por Sérgio Cabral é apenas um sintoma da ação do aparato repressivo no seio do Estado.

Uma nova situação se abriu com as manifestações que se impuseram contra as determinações do Estado ditatorial. Os governos tiveram de conter a polícia militar e sua Tropa de Choque em sua violência contra as massas. Os ataques indiscriminados com bombas e balas de borracha (são letais) poderiam agravar o confronto da população com os governos.

Os comandantes da Polícia Militar têm enorme autonomia e assim formam uma força política no Estado e perante os governos. Detê-los em sua sanha repressiva foi uma tarefa difícil. Por eles, derramariam sangue. Esse é o fim mais eficaz do terror do Estado contra as massas. Mas também pode ocorrer o contrário, como se constata nas experiências mais recentes dos levantes no Norte da África e Oriente Médio.

A imprensa que funcionou como um grande partido da burguesia foi acionada para canalizar as manifestações ao pacifismo e assim auxiliar os governos a administrar a crise nas forças policiais. A PM foi forjada pela ditadura militar como um instrumento de ação contra a luta operária e de massa. Está aí por que comparece como um poder considerável no âmbito da democracia.

Com sua Comissão de Investigação, o governador do Rio de Janeiro cria uma máscara legal para a repressão e o avanço da militarização da sociedade. **O movimento deve levantar a bandeira: revogação imediata do decreto 44.302, fim da CEIV policial.**

Mudanças na situação política

A jornada de junho estabeleceu um marco na crise política. As disputas intestinas ao Estado entre governo e oposição se aceleraram e se potenciam. As eleições presidenciais de outubro de 2014 passaram a condicionar o curso dos acontecimentos. Isso se deve ao fato do proletariado não ter o seu partido revolucionário e estar sob o controle da política burguesa.

As manifestações de massa da juventude, de amplos setores da classe média e populares assinalaram o grande descontentamento. Mas os explorados refluíram sem empunhar um programa de reivindicações, expresso em bandeiras concretas, e sem constituir organismos coletivos. A ausência de uma direção revolucionária deixa incerto por onde passará a retomada da luta. A burguesia conta com a dispersão para processar suas disputas partidárias.

O governo de Lula, apesar das circunstâncias econômico-sociais terem sido favoráveis até a eclosão da crise mundial em novembro de 2008, enfrentou duros embates, particularmente com o escândalo do mensalão. O seu primeiro mandato foi concluído com muita dificuldade. O amplo apoio popular o garantiu no poder e lhe permitiu a reeleição.

Dilma Rousseff, ao contrário, já começou como um governo de crise. Com grande dificuldade foi eleita. Dependeu do caudilhismo de Lula desde a indicação até a sua eleição.

A ampla aliança que garantiu a governabilidade de Lula – tendo o PMDB como o pilar de sustentação – não se dispôs à mesma centralização político-administrativa. A nova presidente teve logo de início de enfrentar uma crise ministerial, tamanha era a corrupção. O fisiologismo lulista permaneceu, mas nas condições em que os partidos aliados passaram a se impor, segundo as pressões de setores da classe dominante.

As dificuldades em aprovar os projetos do Executivo e as derrotas em votação parlamentar em que aliados e oposição se uniram mostraram ao governo petista que sua autonomia e centralização estavam seriamente limitadas. As bancadas dos ruralistas e dos evangélicos avançaram em suas proposições – mostraram sua força na votação da reforma do Código Florestal.

A Câmara dos Deputados e o Senado já não votam conforme a decisão do Executivo. E Dilma se vê na contingência de vetar parte das decisões. Toda sorte de problema e de demanda em torno do Orçamento e da distribuição de recursos tem vindo à tona. O que eleva o conflito nas bases governistas.

A diretriz do Ministério da Fazenda de contrabalançar os efeitos da crise mundial compensando as multinacionais e setores do grande capital nacional, aliviando a indústria e incentivando o consumo – se esgotou. Os desequilíbrios mundiais não têm como ter garantias nacionais. O paraíso entregue à classe média na última década vem se dissipando e não é nada bonito o que se apresenta em seu lugar.

O imperialismo (FMI) e seus principais agentes no Brasil indicaram que se aproxima a situação de uma virada na política econômica. O “banquete” do aumento do salário mínimo (apesar de ser de fome), dos reajustes salariais, do emprego em alta, dos fartos crediários e dos recursos para o assistencialismo deve ser encerrado. A oposição não assume abertamente um plano de medidas antipopular aguardando 2014. Mas o

seu prognóstico é que não há mais para onde o governo petista caminhar a não ser em direção ao ataque à vida das massas.

A crise mundial se caracteriza pela desintegração geral do capitalismo. As forças produtivas estão em choque com as relações de produção e apropriação capitalistas. Está aí por que não se trata de crise nacional, embora os países a expressem com particularidades. O bloqueio das forças produtivas na economia brasileira – depois de serem impulsionadas no último período – se convertem em crise social e política. Essa é a mudança na situação interna.

O governo, no entanto, ainda conta com margem de manobra na política econômica, mas que se estreita. Um sintoma é o de não poder ampliar as desonerações e não sustentar a linha de baixar o chamado “custo Brasil” (carga tributária, preços das tarifas, etc.), exigidos pelo capital industrial. O retorno à alta da taxa básica de juros, a Selic, em nome do combate à inflação, representa a incapacidade do governo de enfrentar as pressões do capital financeiro.

Lembremos que o governo Dilma se inaugurou com uma diretriz voltada à indústria e restritiva aos altos lucros dos bancos. Ao elevar o endividamento interno e externo, favoreceu o capital financeiro, a agiotagem e a especulação. Sob ataque da oposição que tem a seu favor os fracassos das metas de crescimento, Dilma finalmente rompeu a demagogia do PT em relação às privatizações. Admitiu a tese de que as dificuldades de crescimento não são de “demanda”, mas de “investimento”. Os leilões dos aeroportos, dos portos e dos poços de petróleo puseram fim a uma suposta diferença com o neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso.

Uma enorme área de atritos se abriu diante do governo. Dilma não teve outra alternativa de governabilidade senão a de se aproximar de setores oligárquicos, que antes não tiveram como influenciar diretamente a administração de Lula. É o caso dos grandes proprietários de terra, representados pela Confederação Nacional da Agricultura, dirigida por Kátia Abreu. A revisão da política de assentamento agrário e de demarcação de terras indígenas (ainda em curso) resultou de uma aliança com a direita agro-latifundiária.

A combinação de interesses capitalistas é viável em condições de crescimento econômico e lucratividade generalizada. O que não é o caso da conjuntura de baixo crescimento e de pressão inflacionária. O atendimento dos mais variados interesses vem se tornando mais e mais limitado. A luta interburguesa se potenciou no governo de Dilma Rousseff.

A burocracia sindical padece diante do governo que necessita afastar as pressões trabalhistas e agrárias. No primeiro mandato de Lula, os burocratas imaginaram ter entrado, finalmente, na terra prometida. O encanto foi aos poucos sendo desfeito perante a afirmação do governo burguês. Não se governa o Brasil sem o consentimento e o apoio do capital financeiro e do capital industrial.

Dilma não tinha o que oferecer à Força Sindical. À CUT, bastavam os subsídios às montadoras. Ao MST enfraquecido, bastou a regularização de antigos assentamentos e convênios das cooperativas. A baixa taxa de desemprego serviu e ainda serve de moeda ao governo. O fundamental diante da crise é a

luta de classes. As disputas interburguesas e as pressões setoriais são mais facilmente administráveis sob condições em que o proletariado e os demais explorados estejam calados.

A eclosão do movimento em junho passou por fora dos aparatos sindicais e partidários. A classe média urbana se expressou nas ruas. Manifestou-se a partir da mobilização da juventude contra o aumento das tarifas dos coletivos. Mas suas camadas mais oprimidas emergiram com reivindicações gerais de saúde, educação, transporte, moradia e segurança. Chocaram-se com todos os governos e partidos da burguesia.

Os governos e partidos da ordem se viram diante da tarefa de canalizar o descontentamento e descaracterizar a luta de classes. Oposição e governo se uniram em torno da diretriz de que se tratava de uma crise de representação. Agora, cada um atribui o conteúdo que interessar. O resultado final se concentrou contra o governo federal. As pesquisas correram a mostrar que Dilma despençou nas intenções de voto. Vozes petistas anti-Dilma levantaram a bandeira de Lula candidato.

A resposta de Dilma às ruas foi a da reforma política. Morreu no dia seguinte a ideia de uma Constituinte especialmente convocada para esse objetivo. Permaneceu no ar a bandeira de plebiscito. O PMDB se encarregou enterrar a Constituinte exclusiva e fará o mesmo com o plebiscito. Essas manobras mostraram um governo desconjuntado e refém do PMDB.

A reforma política não tem a ver com as necessidades das massas que saíram às ruas. Nenhuma de suas exigências será atendida, a não ser a original de revogação do aumento das tarifas. O governo se movimentou em torno da reforma política como única manobra que lhe vinha às mãos. Os partidos e parlamentares não vão cortar sua própria carne. Não há como mudar a estrutura oligárquica do Estado.

A democracia funciona de acordo com essa estrutura, que, por sua vez, se origina da composição da burguesia nacional, da penetração imperialista e da dominação de classe. Qualquer que

seja a reforma servirá às frações oligárquicas que controlam as relações de poder no País – prefeituras, estados e federação.

O Dia Nacional de Luta convocado pelas centrais no dia 11 resultou, de um lado, da jornada de junho, e, de outro, dos conflitos interburgueses. Pela primeira vez, a Força Sindical encabeçou um movimento nacional. Com as bandeiras de 40 horas, fator previdenciário, não à lei que amplia a terceirização – todas no Congresso para ser votadas –, o burocrata Paulo da Silva (Paulinho) tomou a dianteira para pôr em marcha um movimento anti-Dilma. Não houve de fato uma ação das centrais para defender os interesses da classe operária e suas reivindicações.

A CUT foi obrigada a se juntar à Força para dela se diferenciar, levantando a bandeira dilmista de plebiscito. A CSP-Conlutas seguiu o andor, sem saber o que fazer, uma vez que não luta por um programa próprio. Nota-se que, sob Lula, a Força Sindical, que apoiou o governo em aliança com a CUT, se fortaleceu nacionalmente. Foi um bom negócio para a direita sindical.

A cisão de Paulinho com o governo, embora seu partido, o PDT, nele permaneça, é um dos sintomas da crise política, que certamente antecedia o movimento de junho. As posições burguesas estão se realinhando desde o fim do segundo mandato de Lula. Dilma não tem como mantê-las sob sua direção.

O fundamental no desenvolvimento da crise econômica e política se concentra no combate pela independência da classe operária diante da burguesia. A vanguarda pode avançar nessa luta caso trabalhe incessantemente na defesa do programa proletário. As reivindicações que defendem de fato a vida das massas e as leva a se contrapor à exploração do trabalho tem de ser defendidas a todo custo. Não podem ser substituídas e nem colocadas de lado pelas reivindicações parciais e limitadas. Os explorados vão em direção ao programa revolucionário, empurrados pela crise capitalista e pela impossibilidade da burguesia em dar solução às suas necessidades vitais.

Fora o Papa do Brasil!

Fora Jorge Mario Bergoglio, colaboracionista da sanguinária ditadura argentina!

Nenhum centavo do Tesouro Nacional para a Jornada Mundial da Juventude Católica!

O Vaticano criou a “Jornada Mundial da Juventude” como meio de propaganda do catolicismo decadente. O Brasil foi mais uma vez o escolhido.

E por quê? Porque é considerado um dos países que mais têm católicos, porque o governo se dispõe a bancar os altos custos de sua peregrinação e porque se usa vastamente a religião como instrumento político de controle social.

Vem se travando uma disputa renhida entre o catolicismo e o protestantismo pelas “almas” dos brasileiros. Os evangélicos têm avançado e construído um império econômico. Volta e meia, exibem sua força com suas jornadas massivas.

Não por acaso, os evangélicos passaram a ter grande influência na política. O que foi monopólio da Igreja católica durante séculos, agora, tem de ser compartilhado com os espertos e vorazes pastores.

A obtenção de canais de TV, de rádios e de uma enorme bancada parlamentar, nos últimos tempos, deu às inúmeras

seitas evangélicas uma capacidade de influenciar as camadas mais oprimidas que assustou o Vaticano. Os protestantes não apenas atraem parcelas de fieis de classe média. Espalharam-se entre os becos dos bairros pobres e favelas.

Um crescente montante financeiro vem sendo movimentado pelos negócios religiosos. O comércio da fé transformou os dízimos de milhões de adeptos em uma montanha de ouro. A conversão da fé em moeda é um dos milagres mais agraciados pelas igrejas. O poderio financeiro lhes confere um lugar nas hostes do Estado.

A Igreja católica continua sendo, no Brasil, a força política hegemônica. Mas se ressentida da ofensiva dos evangélicos, que se mostraram capazes de pôr limites às pretensões do Vaticano. Na educação, no assistencialismo, nos subsídios governamentais, nas isenções, etc. - por onde as igrejas procuram se mostrar materialmente úteis -, há uma concorrência brutal.

Não se trata de um fenômeno circunscrito ao Brasil. Em

toda a América Latina, a Igreja Católica e os evangélicos puxam o “cabo de guerra”. Quanto mais se mostrarem capazes de arregimentar as massas oprimidas, reprimidas, atrasadas e incultas, mais força têm na política burguesa e no Estado. O fato de o Brasil ser o maior país católico no continente pesa muito na balança latino-americana e, certamente, mundial.

Com a renúncia de Bento XVI, o novo papa, Francisco, se vestiu de renovador e de moralizador do Vaticano. Os escândalos de pedofilia foram contornados, mas provocaram uma erosão política no Pontificado. O fundamental continua oculto: as falcatruas nas contas do Banco do Vaticano e as negociatas da Igreja, mundo afora.

O papa Francisco é o “santo” argentino Jorge Mario Bergoglio, denunciado de colaborador da ditadura militar - responsável por 30 mil mortos e desaparecidos, pelos horrores da tortura e pelo sequestro de filhos de militantes de esquerda. Por mais que o Vaticano e a Igreja argentina tenham procurado livrar Bergoglio da pecha de colaboracionista, não tem como se apagarem os fatos.

Não há nada de incomum que um homem da Igreja chegue à mais alta hierarquia do Pontificado tendo um passado tão comprometido com a opressão. A Igreja Católica, já na sua origem, no século IV se integrou ao Estado. Serviu às guerras de expansão. As sanguinárias Cruzadas deixaram marcas profundas entre os séculos XI e XIII. Hoje, o papa Francisco vangloria a juventude submetida ao obscurantismo. Em 1212, milhares de crianças e adolescentes foram recrutados para a guerra. A denominada “Cruzada das Crianças” acabou em massacre dos combatentes imberbes.

Não é preciso de muitos outros exemplos. Lembremos apenas o longo período de terror da Santa Inquisição, que expressou a ortodoxia católica e a defesa do monopólio religioso. O conflito resultou na Guerra dos Trinta Anos (1618/1648), envolvendo a dinastia católica dos Habsburgo da Áustria e os príncipes protestantes alemães.

Como se vê, a religião integra o Estado e dele se serve para promover a opressão. Um dos segredos guardados pelo Vaticano é o quanto colaborou com o nazismo na 2ª Guerra Mundial.

O fundamento existencial da Igreja se assenta na defesa da propriedade privada dos meios de produção. Por isso, se instituiu no final do Império Romano, se consolidou no ventre do feudalismo e se adentrou ao capitalismo. Não importa a variante das seitas religiosas, todas se ajustam à exploração do trabalho e ao domínio da burguesia.

A Igreja Católica, por sua fortaleza histórica, despontou como principal instrumento do imperialismo. Mundialmente, está vinculada à grande burguesia. A sua centralização no Estado do Vaticano lhe confere meios de ação como essa da Jornada Mundial da Juventude.

O êxito da demonstração no Brasil ajudará o novo papa em sua tarefa de deixar para trás os escândalos de pedofilia, de obscurecer a corrupção no Vaticano e de alimentar o obscurantismo religioso. Crescem as dificuldades das igrejas em conter o descrédito da juventude em suas falsificações. As condições de existência da maioria estão em contradição com a ideologia burguesa de submissão.

A vinda do papa estava planejada para uma situação politicamente tranquila. Mas a eclosão das manifestações de junho a

mudou rapidamente. O Rio de Janeiro tem concentrado a enorme polarização social, que percorre todo o País. A pobreza e a miséria do complexo de favelas contrastam com a riqueza e o luxo da burguesia e da alta classe média.

É certo que isso não é de hoje. Mas também é certo que cresceu enormemente o abismo que separa os explorados dos exploradores.

É nesse terreno e nessa circunstância de mobilização e de repressão policial que o papa fará o proselitismo da paz, da harmonia, do amor e do cântico à juventude. Não faltarão conselhos aos governantes para tratar bem seu povo, escutar seus gemidos e derramar bálsamo sobre suas dores. O discurso contra o egoísmo foi anunciado antecipadamente. Mas o novo papa estará ali para manter a fonte da pobreza e da miséria – o capitalismo e a supérflua classe burguesa.

É sintomático que o Santo Padre precise de toda a polícia do Rio de Janeiro, da Força de Segurança Nacional e das Forças Armadas para comandar a Jornada Mundial da Juventude. A segurança do humilde Francisco contará com 15 mil agentes e custará aos cofres públicos R\$ 70 milhões.

A parafernália militar de terra, ar e mar que cobrirá a Jornada Mundial da Juventude é uma demonstração de apreço do governo Dilma Rousseff (PT) e do governador Sérgio Cabral (PMDB). Os demais partidos da burguesia também acolhem o papa. Mas não deixam de expressar suas preocupações eleitorais. Eis por que o Vaticano decidiu ser comedido com os anfitriões e não criar descontentamento nas fileiras da Oposição burguesa.

A primeira viagem internacional do papa deve ser coroada por uma multidão de ovelhas e por um aparato de guerra. Esse é o retrato do capitalismo e da Igreja de nossos dias. Mas por mais que se exhiba a multidão abanando bandeirinhas e entoando “viva o papa”, a realidade que se manifesta é a das favelas, da miséria, da fome, da criminalidade, das chacinas policiais, da falta de hospitais, de escolas, de moradias e de transportes coletivos.

O Partido Operário Revolucionário chama a juventude a não confiar um só fio de cabelo nas religiões. Está mais do que confirmada a premissa de Marx e Engels de que “a religião é o ópio do povo”.

A juventude deve abraçar a luta pelas transformações socialistas, ao lado do proletariado. A propriedade privada dos meios de produção deve ceder lugar à propriedade social, coletiva. A burguesia se tornou uma classe parasitária e deve ser derrubada do poder pela revolução proletária.

As igrejas se nutrem das divisões de classe, da propriedade privada, da concentração de riqueza e do atraso político e cultural das massas. Levantam-se como um poderoso obstáculo à consciência socialista da classe operária e da juventude oprimida.

A libertação ideológica dos explorados perante a religião se dará no confronto entre revolução e contrarrevolução. Está aí por que a juventude tem de dirigir suas energias e capacidades para a tarefa de construir o partido da revolução socialista. Quanto mais abreviarmos essa tarefa, melhor condição teremos para combater a barbárie do capitalismo em sua fase imperialista de desintegração.

Viva o socialismo! Viva a revolução proletária!

Fora o papa imperialista!

Manifesto do Partido Operário Revolucionário à Juventude

O papa no Brasil, fora o papa!

Pela separação da Igreja com o Estado!

Nenhuma confiança na promessa de um mundo melhor!

Confiar na força coletiva da luta dos explorados!

Em solo brasileiro, o papa Francisco declarou que a “juventude está em crise”. Referiu-se à crise econômica que “não tem sido suave com os jovens”. Em primeira pessoa, como também se responsabilizando, concluiu: “... acho que estamos correndo o risco de criar uma geração que nunca trabalhou”. E exortou: “Precisamos de uma cultura de inclusão”. A contribuição da Igreja para salvar a juventude da catástrofe do desemprego foi sintetizada na frase - “Não tenho ouro nem prata, mas trago o que de mais precioso foi dado: Jesus Cristo”. Essa foi a mensagem do papa para inaugurar o que chamou de “oração e ação”.

A juventude deve refletir com severidade o sentido desse pensamento do papa. Temos nossa posição, como marxistas, e a colocamos em defesa da luta pelo fim do capitalismo e da construção do socialismo.

O papa chega ao Brasil depois de um gigantesco movimento de massa. Os explorados nas ruas exerceram a ação direta e impuseram sua soberania. Chocaram-se com a polícia e seu aparato especial, que é a Tropa de Choque. Começaram reivindicando a revogação do aumento das passagens e terminaram empunhando as bandeiras da saúde, educação, moradia, etc.

Não se pode desvincular o que se passou ontem do que está se passando hoje. Agora, milhares de pessoas são arrastadas às ruas para cultuar o papa. Em junho, as ruas de 300 cidades foram tomadas, bloqueadas e eletrizadas pela multidão descontente pela situação opressiva. Nesse momento, em julho, a multidão não é a mesma, arrasta-se passiva, empurrada por uma gigantesca campanha dos meios de comunicação e pelo aparato da Igreja. São duas situações opostas: a primeira, de luta coletiva, de causa coletiva e de coesão coletiva; a segunda, de atitude individual, de motivo individual e dispersão individual.

O papa teve de se ajustar politicamente aos acontecimentos de junho. O que pode dizer à juventude que protagonizou as manifestações de junho? Começou seu discurso com o desemprego que esmaga milhões. Sob o impacto da crise capitalista na Europa, está obrigado a reconhecer que muitos jovens nunca terão um emprego, terão de se conformar com o subemprego e com a miséria.

Mas como a juventude se defenderá? Saindo às ruas contra os governos e os capitalistas; ou saindo, para aplaudir o papa e orar por um mundo melhor? Não há como combinar as necessidades das massas oprimidas com a religião, que serve ao capitalismo. Todo jovem que ouve a pregação do papa sobre a inclusão dos desempregados deve observar imediatamente que a Igreja tem por fundamento material a defesa da propriedade privada dos meios de produção e, portanto, da exploração capitalista do trabalho.

A Igreja é anticomunista não apenas porque a sociedade sem classes deixará para trás todos os dogmas e todas as superstições religiosas, mas porque depende da propriedade privada para existir. A Igreja é produto histórico da sociedade de classes e com ela será soterrada.

A juventude deve investigar essa constatação do marxismo.

Uma posição científica diante da religião chegará à conclusão de que o medievalismo religioso sobrevive graças à sobrevivência da exploração do homem pelo homem. Não por acaso que, nas situações de luta de classes, a Igreja sempre esteve do lado do poder, ao lado do domínio e da opressão.

Como a Igreja que se armou da Santa Inquisição, que promoveu as guerras das Cruzadas, que se lançou à Guerra dos Trinta Anos, que serviu à brutal colonização, que compactuou modernamente com o nazismo e que impulsionou a reação restauracionista na Polônia e Leste Europeu continua em pé? A Igreja é um poder econômico, que se nutre do poder econômico e que serve ao poder econômico. Esse é o segredo de sua imortalidade. No momento que a revolução socialista mundial retirar da Igreja o poder econômico, seu poder “espiritual” se esvaírá naturalmente. A Igreja e toda instituição religiosa cairão juntamente com a queda da burguesia.

A juventude e todos os explorados que carregam a opressão capitalista estão objetivamente em contradição com a religião. Mas os oprimidos somente expressarão na consciência política essa condição objetiva libertando-se das formas ideológicas da dominação burguesa, entre elas a religião. Não por acaso, o verdadeiro inimigo da religião não é o ateísmo em geral, mas sim o marxismo que expressa a ciência da revolução proletária, que é o materialismo histórico.

O lema “Não tenho ouro nem prata, mas trago o que de mais precioso me foi dado: Jesus Cristo”, que é atribuído ao primeiro papa reconhecido pela Igreja São Pedro, portanto, pronunciada há mais dois mil anos, não tem o menor sentido, hoje. O cristianismo primitivo dos escravos, dos libertos pobres e dos povos subjugados pelo império romano pertence a um passado longínquo. A Igreja se tornou a religião do império, dos feudais e finalmente dos capitalistas.

Recordemos que a Santa Sé sufocou a ala dos padres que procurou recuperar o cristianismo originário adaptando-o a uma doutrina para os pobres, que se denominou Teologia da Libertação. Esse movimento que admitia algumas teses do marxismo e acenava com uma espécie de socialismo cristão, que chegou a se solidarizar com Cuba, se desintegrou sob a autoridade do papa João Paulo II. A reação da Santa Sé em não politizar a religião, porque se tratava de uma corrente que se ligava às reivindicações dos miseráveis, foi uma defesa da política da classe dominante, dos latifundiários, da oligarquia financeira e do imperialismo.

A juventude que se encanta com o aparato da Igreja e que entrega sua independência aos seus dogmas deve verificar esses fatos mais recentes. No momento em que os cardeais escolheram o argentino Jorge Mario Bergoglio para suceder o papa Bento XVI, vieram à tona as denúncias de que havia colaborado com a ditadura do genocida Videla, que deixou um saldo de 30 mil mortos e desaparecidos. Foi necessário que a Santa Sé recorresse a Adolfo Pérez Esquivel, Nobel da Paz, para que ocultasse a verdade. Mas não há como eliminar os fatos.

A Igreja na Argentina esteve do lado do golpe militar e sua cúpula apoiou a brutal repressão.

Aqueles que participam da Jornada Mundial da Juventude devem investigar os acontecimentos. Na América Latina, a Igreja, via de regra, se alinha com a oligarquia reacionária. O papa diz não ter ouro nem prata, apenas Cristo, mas suas “oração e ação” custam milhões aos cofres públicos. O Santo Padre requisita as Forças Armadas, as Polícias e a Força de Segurança Nacional. Pouco vale se vestir de simplicidade e de pieguice, com ares de quem rejeita a vida luxuosa dos burgueses e abastados. O papa encarna um poder econômico, com o Estado do Vaticano, com o banco da Santa Sé, com seus negócios, que incluem a indústria armamentista.

A juventude deve investigar os laços da Igreja com o capital financeiro. Assim, poderá entender de fato o que o papa Francisco quis dizer com “a juventude está em crise”. Em nossa avaliação, a crise não é da juventude, mas do capitalismo que se desintegra, e da própria Igreja. A ideia de que a Igreja poderá dar-lhe um futuro serve à inação. Ou seja, à negação de que a juventude oprimida tem de se levantar contra o capitalismo, sob o programa revolucionário do proletariado.

A “cultura da inclusão” apregoada como solução para o desemprego já nos é bem conhecida. O PT a lançou com Lula à frente. A experiência mostrou que não há como “incluir” os “excluídos”, uma vez que estes são a maioria explorada e oprimida. O capitalismo funciona de acordo com leis econômicas e estas criam e recriam diariamente a riqueza para a burguesia e a pobreza e miséria para os explorados. O governo do PT está afundando justamente com sua bandeira de “desenvolvimento sustentável com distribuição de renda e inclusão social”.

A classe operária tem sua resposta econômica e política ao desemprego da juventude. Responde ao desemprego em geral, que sacrifica a vida de milhões. Se os explorados dependerem das soluções dadas pelos capitalistas e seus governos, continuarão a sofrer as consequências da barbárie social. Dizemos: a juventude não está em crise, é o capitalismo esgotado que sacrifica a vida dos jovens, que são parte da classe operária e da classe média arruinada. Nossa resposta é a luta pelas reivindicações de emprego e pela revolução socialista.

Dilma Rousseff soltou uma batatada: “A participação de Vossa Santidade agregaria mais condições para criar uma ampla aliança global de combate à fome e à pobreza, uma aliança de solidariedade”. Imaginem, “uma ampla aliança global de combate à fome e à pobreza”! Não há aliança burguesa possível para combater a fome e a pobreza. O governo do PT se ajoelha diante do papa e lhe propõe que o auxilie em sua demagogia reformista.

O Sr. Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, explicou que a intenção de Dilma é promover uma reunião de líderes mundiais em torno de uma ação conjunta de combate à pobreza, em especial na África. Os petistas se mostraram bons embusteiros. Foram o mais longe que a burguesia permitiu com o assistencialismo. Inventaram 40 milhões de novos ingressantes na classe média. Querem, talvez, transplantar a experiência nacional para a África, com a ajuda do papa.

A ideia agradou Francisco, segundo a notícia. Seria muito bom para a Santa Sé se houvesse uma aliança para impulsionar sua penetração nas regiões em que o catolicismo não é dominante. O catolicismo abarca tão-somente 17,5% da população mun-

dial. Como se vê, a batatada de Dilma tem um sentido. Não o de combater a fome e a miséria, mas o de servir à Igreja, que está em declínio e que enfrenta uma acirrada disputa dos evangélicos.

A Jornada Mundial da Juventude demonstra o quanto a Igreja está vinculada aos Estados. E os Estados são instrumentos de dominação burguesa sobre as massas trabalhadoras. O predomínio do catolicismo na América Latina vem da colonização. Com a espada e a cruz, os colonizadores impuseram seu regime social aos indígenas. Os Estados nacionais que se ergueram, portanto, contaram com a Igreja.

A não ser em Cuba, onde houve a revolução, em nenhuma outra parte a Igreja foi separada do Estado. Isso explica por que condiciona em certa medida a política dos governos e por que via de regra se envolveu nos golpes militares. A burguesia não foi capaz e não teve o interesse de tornar a religião num assunto privado em relação ao Estado. O que implicava e implica eliminar qualquer responsabilidade do poder público de proteger as igrejas e sustentá-las financeiramente.

A religião como assunto privado coloca para as pessoas que a ela se associam a total responsabilidade de mantê-la. É parte da separação da Igreja do Estado a sua separação da escola e dos meios de comunicação. Essa condição garante a real liberdade religiosa e a de não ter nenhuma. Não é o que ocorre. As igrejas parasitam o Estado e se servem dele para impor seu obscurantismo às massas escravizadas no trabalho e impossibilitadas de evolução cultural.

O papa vem ao Brasil como chefe de Estado (Vaticano) e da Igreja, valendo-se dos recursos nacionais, da ampla campanha dos meios de comunicação e da proteção militar-policial do Estado brasileiro. O País inteiro está obrigado a participar e sustentar, de uma forma ou de outra, da presença do papa e da Jornada Mundial da Juventude. Trata-se de uma imposição antidemocrática.

A juventude deve prestar atenção no fundamento democrático da religião como assunto privado e da separação das igrejas do Estado. Deve também observar a disputa entre os aparatos do catolicismo e do protestantismo – particularidade do Brasil – para arregimentar os explorados, contando para isso com o Estado, governos e partidos.

Em nossa tarefa de construir o partido operário revolucionário, marxista-leninista-trotskyista, é inevitável o confronto com a religião. Mas não se trata de um antagonismo abstrato. O choque entre o materialismo histórico e a religião ocorre no seio da economia, da política, enfim, da luta de classes. A arma do marxismo contra a religião é ideológica, que se manifesta nas relações concretas da sociedade. O proletariado em luta contra a burguesia se coloca por tornar a religião de fato num assunto privado em relação ao Estado. A transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva é o ponto de partida para eliminar a exploração do homem pelo homem e também para extinguir naturalmente a opressão espiritual da religião sobre a população.

A juventude deve se esforçar por romper seus laços com o obscurantismo e assumir a luta pelo socialismo. A juventude sofre com a divisão de classes do capitalismo. Fundamentalmente, a juventude proletária e a de classe média pobre têm pela frente um caminho a trilhar no sentido da revolução social. Construamos o Partido Operário Revolucionário, construamos o Partido Mundial da Revolução Socialista!

Socialismo e Religião

V. I. Lenin

3 de Dezembro de 1905

Toda sociedade atual baseia-se na exploração das vastas massas operárias por uma minoria insignificante da população, que compõe a classe dos latifundiários e dos capitalistas. É uma sociedade escravista, pois os operários “livres”, que trabalham a vida toda para o capital, somente “têm direito” aos meios de subsistência indispensáveis para sustentá-los como escravos que produzem lucro, para assegurar e perpetuar a escravidão capitalista.

A opressão econômica dos operários provoca e gera inevitavelmente todas as formas de opressão política, de humilhação social, obscurecendo e degradando a vida espiritual e moral das massas. Os operários podem alcançar uma liberdade política maior ou menor para lutar por sua libertação econômica, mas nenhuma liberdade os livrará da miséria, do desemprego e da opressão enquanto não for derrubado o poder do capital. A religião é uma das formas de opressão espiritual que pesa em toda parte sobre as massas esgotadas pelo perpétuo trabalho para outros, por suas necessidades e pelo desamparo. A impotência das classes exploradas em sua luta contra os exploradores gera a fé em uma vida melhor após a morte, tão inevitavelmente como a impotência do selvagem em seu embate com a natureza gera a fé em deuses, demônios, milagres, etc. Àquele que toda a vida trabalha e passa necessidades, a religião ensina a ser humilde e resignado na vida terrena e a se reconfortar com a esperança da recompensa celestial. Mas àqueles que vivem do trabalho alheio, a religião lhes ensina a praticar a caridade na terra, oferecendo-lhes assim uma justificativa muito barata para sua existência de exploradores e vendendo-lhes a preço módico entradas para a felicidade celestial. A religião é o ópio do povo. A religião é uma espécie de droga espiritual na qual os escravos do capital afogam sua fisionomia humana, sua exigência de uma vida medianamente digna do ser humano.

Mas o escravo que adquiriu consciência sobre sua escravidão e que se ergueu na luta por sua emancipação já somente é escravo pela metade. O operário moderno com consciência de classe, formado na grande indústria fabril, esclarecido pela vida urbana, rechaça com desprezo os preconceitos religiosos e deixa o céu para os sacerdotes e carolas burgueses, trata de conquistar para si uma vida melhor aqui na terra. O proletariado moderno se coloca do lado do socialismo, que utiliza a ciência na batalha contra a nevoa da religião e que liberta os operários de sua fé na vida pós a morte, unindo-os para lutar no presente por uma vida melhor sobre a terra.

A religião deve ser declarada um assunto privado. Com essas palavras, os socialistas podem expressar habitualmente sua atitude diante da religião. Mas é preciso definir com exatidão o significado dessas palavras para que elas não causem nenhum mal-entendido. Exigimos que a religião seja um assunto privado em relação ao Estado, mas não podemos de modo algum considerá-la um assunto privado em relação a nosso próprio partido. O Estado nada tem a ver com a religião, e as sociedades religiosas não devem estar vinculadas ao poder estatal. Qualquer pessoa deve ser absolutamente livre para profes-

sar qualquer religião ou para não reconhecer nenhuma, isto é, para ser ateu, o que todo socialista geralmente é. Qualquer discriminação dos direitos dos cidadãos, relacionada com suas convicções religiosas, é completamente intolerável. Inclusive qualquer menção nos documentos oficiais sobre religião dos cidadãos deve ser inquestionavelmente suprimida. Não deve haver nenhuma subvenção do Estado à Igreja, nem destinar dinheiro do Estado às sociedades eclesásticas e religiosas, que devem ser associações de cidadãos correligionários, associações absolutamente livres e independentes do Estado. Somente o cumprimento destas exigências pode acabar com aquele vergonhoso e maldito passado, no qual a Igreja era mantida na dependência feudal em relação ao Estado, e os cidadãos russos mantidos na dependência feudal em relação à Igreja; quando existiam e se aplicavam leis inquisitoriais medievais (que ainda hoje figuram em nossos códigos e estatutos penais), que perseguiam o ser humano por sua fé ou por sua descrença, que exerciam coação sobre sua consciência, que uniam os cômodos cargos oficiais e arrecadações fiscais com a distribuição desta ou daquele anestesiante pela Igreja. Completa separação entre Igreja e Estado — eis a reivindicação que o proletariado socialista apresenta ao Estado e à Igreja atuais.

A revolução russa deve realizar essa reivindicação como um componente indispensável da liberdade política. Nesse aspecto, a revolução russa está em condições particularmente vantajosas, pois o abominável burocratismo da autocracia policial-feudal causou descontentamento, agitação e indignação até mesmo no clero. Por mais submissos, por mais ignorantes que fossem os clérigos ortodoxos russos, até eles foram acordados pelo estrondo da queda da velha ordem medieval na Rússia. Até eles aderem à reivindicação de liberdade, protestam contra o burocratismo e as arbitrariedades oficiais, contra a espionagem da polícia que lhes foi imposta aos “servidores de Deus”. Nós, socialistas, devemos apoiar esse movimento, levando a cabo as reivindicações dos membros honestos e sinceros do clero, cumprindo as promessas de liberdade que lhes fizemos e exigindo deles que rompam decididamente todos os laços entre a religião e a polícia. Ou são sinceros, então devem pronunciar-se pela completa separação entre Igreja e Estado, entre escola e Igreja, uma vez que a religião seja declarada total e incondicionalmente um assunto privado; ou não aceitam estas lógicas exigências da liberdade, e então significa que ainda são prisioneiros das tradições da Inquisição, que ainda buscam obter cômodos cargos oficiais e subsídios públicos, que não acreditam na força espiritual de sua arma, que continuam sendo subornados pelo poder estatal. E neste caso os operários conscientes de toda a Rússia lhes declararão uma guerra implacável.

No que cabe ao partido do proletariado socialista, a religião não é um assunto privado. Nosso partido é uma associação de combatentes conscientes e de vanguarda pela libertação da classe operária. Essa associação não pode e não deve ter uma atitude indiferente diante da falta de consciência de classe, da ignorância ou do obscurantismo em forma de crenças religio-

sas. Reivindicamos a completa separação entre Igreja e Estado para lutar contra a névoa religiosa com uma arma puramente ideológica e somente ideológica: com nossa imprensa e com nossa palavra. Mas nós fundamos nosso partido, o POSDR, entre outras coisas, precisamente para essa luta contra a superstição religiosa com a qual se engana os operários. Para nós, a luta ideológica não é, portanto, um assunto privado, mas um assunto de todo o partido e de todo o proletariado.

Se é assim, por que não declaramos em nosso programa que somos ateus? Por que não proibimos os cristãos e os que acreditam em Deus de entrarem em nosso partido? A resposta a essa pergunta deve esclarecer a importantíssima diferença entre a maneira democrático-burguesa e a social-democrata de colocar a questão da religião.

Nosso programa baseia-se numa concepção científica, a saber, materialista do mundo. Por isso, o esclarecimento de nosso programa necessariamente inclui também o esclarecimento das verdadeiras raízes históricas e econômicas da névoa religiosa. Nossa propaganda também inclui necessariamente a propaganda do ateísmo; a publicação da literatura científica correspondente, que o poder estatal autocrático-feudal rigorosamente proibia e perseguia até agora, deve atualmente constituir um dos campos de nosso trabalho partidário. Teremos agora, provavelmente, de seguir o conselho que Engels deu certa vez aos socialistas alemães: traduzir e difundir maciçamente a literatura iluminista e ateaista francesa do século XVIII.

Mas em nenhum caso podemos cair no erro de colocar o problema religioso de um modo abstrato e idealista, como uma questão “intelectual” à margem da luta de classes, como não poucas vezes fazem os democratas radicais da burguesia. Seria um absurdo pensar que, numa sociedade baseada na opressão e na degradação das massas operárias, é possível dissipar os preconceitos religiosos unicamente por meio da propaganda. Seria estreiteza burguesa esquecer que o jugo religioso que oprime a humanidade é somente um produto e um reflexo do jugo econômico no seio da sociedade. Nenhum folheto e nenhuma propaganda poderá esclarecer ao proletariado, se não esclarecido por sua própria luta contra as forças obscuras do

capitalismo. A unidade dessa luta verdadeiramente revolucionária da classe oprimida pela criação do paraíso na terra é mais importante para nós do que a unidade de opiniões dos proletários sobre o paraíso celestial.

Eis por que não declaramos nem devemos declarar nosso ateísmo em nosso programa; eis por que não proibimos nem devemos proibir aos proletários que ainda conservam tais ou quais vestígios dos velhos preconceitos de aproximarem-se de nosso partido. Sempre pregaremos a concepção científica do mundo, e é indispensável que lutemos contra a incoerência dos “cristãos”; mas isso não significa de modo algum que se deva pôr a questão religiosa em primeiro lugar, lugar que de modo algum lhe corresponde, que se deva permitir que as forças da verdadeira luta revolucionária econômica e política se dissolvam devido a opiniões ou ideias absurdas de importância secundária, que imediatamente perdem todo significado político, que rapidamente são jogadas no depósito de coisas velhas pelo próprio curso do desenvolvimento econômico.

A burguesia reacionária tem se preocupado em toda parte – e agora começa a fazê-lo em nosso país – em atizar o ódio religioso, a fim de desviar a atenção das massas dos problemas econômicos e políticos verdadeiramente importantes e essenciais, isto é, os problemas que agora resolve, na prática, o proletariado de toda a Rússia, que se une em sua luta revolucionária. Essa política reacionária que procura dividir as forças proletárias se manifesta, hoje, sobretudo, nos pogroms dos Centúrias Negras, mas que amanhã pode conceber algumas formas mais sutis. Nós, em cada caso, a combateremos com uma posição serena, firme e paciente – alheia a tudo aquilo que tenda a incitar divergências secundárias – da solidariedade proletária e da concepção científica do mundo.

O proletariado revolucionário conseguirá tornar a religião um assunto realmente privado para o Estado. E nesse sistema político, depurado do bolor medieval, o proletariado travará uma luta ampla e direta para eliminar a escravidão econômica, verdadeira fonte do engano religioso da humanidade.

Extraído das Obras Completas, de V. I. Lenin, tomo X, págs. 77-81, Akal Editor

Rejeitar o Projeto de Lei nº 4330, que amplia as terceirizações

Fim das terceirizações e efetivação de todos os trabalhadores

Nas manifestações de junho e julho, veio à tona o PL 4330, que está para ser votado no Congresso Nacional desde 2004. As Centrais Sindicais, no ato do dia 11 de julho, levantaram as bandeiras contra esse projeto de lei. Todos discursaram condenando-o, mas não houve uma só voz contra sua essência, que é a existência do contrato terceirizado. Isso porque implica se colocar pelo fim da lei que impõe a terceirização e pela efetivação de todos os operários das empresas prestadores de serviços às montadoras, autopeças, construção civil etc. As burocracias sindicais se limitam a denunciar o desrespeito das terceirizadas com a legislação trabalhista e, volta e meia, recorrem à Justiça reivindicando os direitos que são burlados nesses contratos.

A terceirização faz parte da chamada “reforma trabalhista”, que vem sendo imposta gradativamente no País. Trata-se de

um mecanismo legal, utilizado tanto pelos capitalistas quanto pelos governantes. Um exemplo, é a contratação de empresas terceirizadas para executar a função de merendeiras, limpeza, etc. nas escolas municipais e estaduais de São Paulo. Além do contrato temporário, recebem menos para realizar tarefas iguais aos demais servidores públicos.

As empresas vivem sendo questionadas pelo Ministério do Trabalho e o Ministério Público sobre a precarização do trabalho. Em alguns casos chegam a ser autuadas, que obrigam a recorrerem da infração. Assim, necessitam de mais amparos legais para evitar tais pressões e transtornos na exploração da mão-de-obra.

O PL 4330 de 2004, de autoria do deputado Sandro Mabel/PR-GO, vem no sentido de proteger os capitalistas das ações judiciais. Isso porque: 1) Acaba a discussão sobre o que pode

ou não ser terceirizado. Liberam-se todos os serviços à terceirização. Na fórmula original, previa-se a terceirização para a “atividade-meio”, ou seja, para os serviços complementares; 2) Permite que os serviços terceirizados sejam executados em qualquer lugar; 3) Estabelece a terceirização dentro da terceirização, ou seja, uma terceirizada pode subcontratar os serviços de outra terceirizada.

Diante das manifestações de rua contrárias ao PL 4330, o Congresso Nacional suspendeu a votação e indicou nova data para o mês de agosto. As multinacionais, as grandes empresas nacionais e as empreiteiras pressionam o governo para votar os novos critérios da terceirização. Alegam que os baixos investimentos estrangeiros diretos na indústria se devem à rígida legislação trabalhista existente no Brasil. E que é necessário liberar todos os entraves que obstaculizam a utilização de mão-de-obra. Querem, assim, ampliar a superexploração do trabalho e reduzir os encargos sociais.

A burocracia sindical teme que, com o PL 4330, se reduza o

seu poder no interior das fábricas. A existência de várias empresas no interior de uma fábrica implica, em tese, sindicatos diferenciados dentro de uma mesma empresa. A taxa negocial, o imposto sindical e as filiações serão mais disputados. A burocracia não rejeita a terceirização, mas a limita a algumas atividades particulares de uma empresa.

Derrubar o PL 4330 e toda legislação que criou a terceirização

A classe operária e os trabalhadores em geral devem rejeitar a terceirização porque é uma forma de aumentar a exploração do trabalho e enfraquecer a luta sindical. Não é possível rejeitar o PL 4330 e deixar livre a existência da lei da terceirização.

São milhares de operários e assalariados que vivem a amargura de um contrato terceirizado. *Defendê-los significa levantar a bandeira da efetivação imediata de todos os trabalhadores terceirizados, seja na iniciativa privada, seja nos serviços públicos.*

Salário mínimo mal dá para comprar a cesta básica

Responder com a reivindicação de salário mínimo vital e escala móvel de reajuste

O custo de vida tem aumentado. Os reajustes salariais já foram corroídos. O governo diz que a inflação anual está em 6,99%. O fato é que o valor da alimentação, nesses últimos doze meses, aumentou 11,34%; das despesas pessoais, 10,68%; da saúde, 9,10%. O preço da farinha de trigo subiu 26% e do pão francês, 20,06%. Como se vê, a média inflacionária não expressa o quanto os salários foram desvalorizados diante da alta do custo de vida.

O salário mínimo de R\$ 678,00 não dá para comprar duas cestas básicas, estimadas em R\$340,46. Para a maioria da população, o custo com os alimentos pesam mais. Boa parte dos salários é destinada à alimentação. Segundo o Dieese, para a população de renda baixa, o custo com alimentos consome 34,8% do salário. Se se levar em conta a moradia, as tarifas de água, gás, luz, transporte, etc., são necessários 4 vezes o valor do salário mínimo para manter uma família, de acordo com o Dieese. Pelos seus cálculos, seria preciso ter um salário de R\$2.860,21. Mas se se levar em conta que a cesta básica calculada pelo Dieese é restrita, considerando as necessidades reais de uma família de 4 pessoas, que o valor da moradia está bem abaixo da realidade nas grandes capitais, que o preço dos

remédios e dos vestuários estão subestimados, vemos que o salário mínimo real é mais do que os R\$ 2.860,21.

A maioria da população explorada tem na ponta do lápis o que é necessário para manter uma família. Isso se chama salário mínimo vital. O seu valor tem de ser calculado pelos trabalhadores organizados em assembleias. Os governantes estipulam o salário mínimo, objetivando manter os lucros dos capitalistas e de acordo com as metas estipuladas para os gastos do Estado com a previdência e com o funcionalismo. Alegam que um salário mínimo maior quebraria as contas do Estado e obrigaria o patronato a reduzir a mão-de-obra. Com esse raciocínio, querem que os explorados aceitem a miséria e a fome.

Os trabalhadores, diante da elevação do custo de vida e dos salários defasados, só têm um caminho: exigir que os sindicatos convoquem assembleias e aprovem medidas em defesa da vida da maioria. Uma reivindicação de proteção é o salário mínimo vital e a escala móvel de reajuste. Portanto, um salário para manter a família em condições dignas de existência e reajustado automaticamente conforme o aumento do custo de vida. Segundo nossos cálculos, o salário mínimo está na casa dos R\$ 4.000,00.

Caiu o crescimento econômico do Brasil. Desemprego voltou à tona

Pela estabilidade no trabalho e por emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho

O governo foi obrigado a reconhecer que o crescimento econômico vem despencando. Que o Real está se desvalorizando diante do dólar. Que houve uma retração nas exportações. Que a indústria não se recuperou, apesar das medidas protecionistas. Que os juros não podem ficar nos patamares anteriores, que precisam se elevar para atrair o capital financeiro. E que

diminuiu a capacidade de endividamento de uma parcela considerável da população.

Esses sintomas são expressão do avanço da crise econômica mundial sobre o País. O comércio mundial sofreu uma desaceleração e o preço das commodities vem caindo, afetando as exportações brasileiras, concentradas na venda de maté-

rias-primas e nos produtos agroindustriais. O País se encontra mais endividado e sob a intensa pressão das multinacionais, que controlam os ramos-chaves da economia.

Diante dessa situação, a Organização Mundial do Trabalho (OIT) alertou sobre o desemprego no Brasil. Disse que a taxa de desemprego foi de 6,3%, no final de 2012, que agora está em 6,5% e a perspectiva é de aumentar em 2014. Diz que a economia não está crescendo para absorver a mão-de-obra. Reconhece que a OIT subestimou o impacto da crise nos chamados países emergentes.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) afirmou que há um descontentamento dos empresários em relação aos lucros e que não estão otimistas com relação às contratações de trabalhadores. Um dos capitalistas diz que as demissões não estão descartadas para o segundo semestre e que por enquanto elas têm sido pontuais.

Os fabricantes de eletrodomésticos e eletroeletrônicos avaliaram que o primeiro semestre foi ruim. Que os estoques aumentaram e que as vendas dependeram de um preço menor. Na Zona Franca de Manaus, onde se concentra boa parte dessas fábricas, as demissões cresceram. As multinacionais de TV estão entre as dez empresas que mais demitiram metalúrgicos nessa região. A Samsung, 647 operários; a Semp Toshiba, 458; Sony, 279 e a LG, 278. Num total de 12.155 demissões, nesse primeiro semestre. O corte de trabalhadores não se limitou à Zona Franca de Manaus, atingiu outras regiões, a exemplo de Curitiba, onde a Electrolux demitiu 286 operários. Os capitalis-

tas apontam um aumento das demissões no segundo semestre, caso não haja uma virada na economia.

Tudo caminha para uma situação extremamente difícil para a classe operária. Com a queda na economia, os capitalistas "ajustam" a demanda de trabalhadores. O que significa corte de mão-de-obra e redução salarial, eliminação de direitos e aumento da exploração para os que escapam das demissões.

Enfrentar o desemprego desde já com o programa proletário

As direções sindicais, que têm esses dados na ponta do lápis, não preparam a luta coletiva em defesa dos empregos. Pretendem com a política da conciliação e classes barganhar com o patronato e com os governos alguma migalha. *A reivindicação de redução da jornada de 44 horas para 40 horas semanais não eliminará o desemprego e não conterá a onda de demissões, que está por vir.* A defesa dos postos de trabalho implica o combate à exploração capitalista e a proteção da vida dos trabalhadores, que têm o trabalho como a única fonte de sobrevivência. A política de empregar alguns, com a redução de 4 horas semanais, está em choque com os milhões que estão desempregados ou que virão a ser demitidos. A política proletária é a da defesa de todos os trabalhadores. O que quer dizer a luta por garantir emprego a todos. *E a reivindicação só pode ser a da estabilidade no emprego e a da escala móvel das horas de trabalho, dividindo as horas nacionais entre todos os aptos para o trabalho.*

Mais uma vez Alckmin/PSDB viola a autonomia universitária

Tropa de Choque desocupa reitoria da Unesp e prende 119 estudantes

Na madrugada deste dia 17 de julho de 2013, a Tropa de Choque desocupou o prédio da reitoria da Unesp, que tinha sido ocupado por cerca de 120 estudantes no dia anterior. A polícia entrou quebrando portas e arrastou os estudantes para três ônibus, levando-os presos para a 2ª delegacia de polícia, liberando-os pouco depois do registro da ocorrência. Em algumas horas, a reitoria/governo, o judiciário e a polícia articularam a chamada "reintegração de posse". E a ocorrência pode servir de base a novos processos contra os estudantes.

A nova ocupação da reitoria (já tinha havido uma em 27/06) foi uma medida de força tomada pelos estudantes, discutida em plenária estadual no dia 14/07, para pressionar a reitoria e o governo do PSDB a atenderem as reivindicações de seu movimento, que exige permanência estudantil, equiparação das bolsas e salários aos da USP e Unicamp, paridade nas instâncias deliberativas de permanência estudantil da universidade, fim dos processos políticos contra estudantes e contra o Pimesp. Atualmente, são 14 dos 34 campi que estão em greve há mais de um mês, sendo que alguns estão há 3 meses!

A vice-reitora passou a negociar com os estudantes, prometeu atender em parte as reivindicações durante a última ocupação, mas nada de concreto aconteceu. Na nova negociação deste dia 16/07, só mais mentiras. Por isso, os estudantes mantiveram a decisão de reocupar a reitoria. A ocupação do prédio no centro de São Paulo visava a projetar o movimento para fora da universidade, e com isso aumentar a pressão sobre o governo intransigente. A resposta de Alckmin veio por meio da corporação especializada em reprimir movimentos, a Tropa de Choque no interior da universidade. O movimento estudantil, no seu conjunto,

tem de exigir: **fim da repressão, fora a polícia da universidade, liberdade a todos os presos políticos, atendimento das reivindicações dos que estudam e trabalham!**

O governo Alckmin tem aplicado de forma autoritária sua política privatista, elitista e de precarização das universidades públicas paulistas. A destruição da permanência estudantil repercute na expulsão de estudantes de baixa renda da universidade. O Pimesp foi sua resposta elitista e racista à aprovação da lei de cotas, impondo um curso intermediário entre o ensino médio e superior, precarizado e favorecedor dos capitalistas do ensino a distância e impondo condições absurdas de aprovação. A disparidade entre bolsas e salários das universidades serve de elemento de divisão, enfraquecimento do quadro profissional e favorece a terceirização. A repressão por meio de processos políticos visa a cortar as cabeças das lideranças estudantis e impor o terror contra os que se mobilizam. Tudo isso é feito por meio do autoritarismo da casta burocrática, comprada pelo governo e capitalistas para impor suas medidas no interior da universidade. As direções das universidades, manejadas pelo governo, se chocam com os interesses da maioria, impondo suas medidas ditatorialmente. Inclusive com auxílio da Tropa de Choque agindo dentro da universidade, como também já ocorreu recentemente na USP.

O movimento da Unesp começou antes das manifestações de junho. Mas tem permanecido isolado dos demais estudantes das estaduais paulistas, em grande parte por causa da política corporativista das direções de DCE e majorias dos CAs da USP e Unicamp. Com toda a mobilização que aconteceu em junho, é absurdo que as direções não tenham convocado assembleias gerais de estudantes e organizado a unidade na luta com a Unesp.

Com toda a repressão que tem sido desfechada contra os movimentos, em particular contra os estudantes, é inaceitável que não exista empenho em unir a luta em defesa dos processados e perseguidos políticos!

O movimento da Unesp se choca concretamente com a política de Alckmin e manifesta a ausência de autonomia e democracia universitárias. Por trás das necessidades dos estudantes pobres, está a necessidade de que a universidade esteja sob controle coletivo de quem nela estuda e trabalha, organizados na assembleia geral universitária soberana e com um governo tripartite subordinado a ela, de forma a poder decidir como se organiza e onde se gastam as verbas da universidade, que devem vir do governo sem nenhuma ingerência. Trata-se de uma conquista a ser alcançada por meio da luta geral dos estudantes, e em unidade com os movimentos dos explorados. **Somente colocando a universidade ao lado dos explorados contra os exploradores se alcançará a real autonomia universitária. A base dessa autonomia é a mobilização e a organização da assembleia geral universitária, por onde se alcançará a real democracia universitária.**

É preciso cercar o movimento da Unesp de apoio e solidariedade.

Movimento estudantil enfrenta a repressão

Está colocado o acirramento da luta de classes diante da crise capitalista que toma proporções cada vez maiores no Brasil, se manifestando no aumento do desemprego, na retração da economia, em especial no setor industrial e no aumento do custo de vida.

A repressão policial, expressão da ditadura de classe, se agiganta aos movimentos sociais. Estudantes são presos e processados criminalmente por ocuparem reitorias ou pararem avenidas. Diretores sindicais são demitidos. Sindicatos recebem multas milionárias por fazerem greve. Famílias são brutalmente despejadas. Camponeses impunemente assassinados. A violência reacionária se impõe à livre organização e manifestação e age de forma assassina quando do enfrentamento direto às grandes propriedades no campo e serve à manutenção do poder da minoria exploradora.

Essa tendência repressiva geral aos que se mobilizam afetou de forma mais intensa na USP em 2011 quando um efetivo de 400 homens - Gate, canil, cavalaria, helicópteros, tropa de choque, esquadrão anti-bombas - foi acionado para retirar 72 estudantes e trabalhadores da reitoria ocupada. Os apreendidos foram processados e condenados internamente na universidade e, dias após a apresentação dessa sentença, foram denunciados pelo Ministério Público de forma a abrir um processo criminal. Na Unifesp, a violência estourou em 2012, durante a greve estudantil por melhores condições de permanência. A polícia entrou no campus, ignorando até mesmo a presença de crianças, filhos dos estudantes, e reintegrou posse da diretoria acadêmica ocupada. 46 estudantes foram presos e encaminhados à polícia federal. No mês de julho, têm ocorrido os depoimentos pelo processo criminal instaurado.

Resposta à criminalização do movimento

O movimento estudantil dessas universidades se organizou

E torná-lo em base para uma luta mais geral e unificada contra o governo ditatorial/repressivo de Alckmin/PSDB. A convocação massiva dos estudantes da USP e Unicamp é necessidade imediata! Mas se trata das organizações gerais dos estudantes (UNE, ANEL) chamarem à luta o conjunto do movimento estudantil. No desenvolvimento dessa luta, se criarão as condições para a unidade com o movimento operário e as lutas populares. Desde que se levantem as bandeiras que correspondem às reais necessidades dos explorados e oprimidos, em oposição e de forma independente da burguesia, seus partidos, governos e organizações. **Que se organizem as mobilizações com os métodos próprios dos explorados. Que se organizem esses movimentos sobre a base da democracia direta e de base, com assembleias e comandos por local de estudo, trabalho e moradia.**

Derrotemos a ofensiva policial de Alckmin/PSDB contra o movimento estudantil!

Pelo atendimento imediato das reivindicações!

Nenhuma punição aos estudantes em luta pela universidade pública!

em fóruns para defender jurídica e politicamente esses processados. Nesse sentido, no dia 31 de maio de 2013, no CONUNE, realizou-se uma plenária contra a repressão ao movimento estudantil, chamada pelo DCE da Univille. Os Fóruns dos Processados da USP e da Unifesp compareceram organizados propondo uma Plenária Nacional contra a Repressão, que foi aprovada.

O primeiro passo para a sua concretização se deu em meio ao movimento grevista da UNESP, que dura três meses, com adesão de 14 dos 34 campi. Recentemente, no dia 17 de julho, a reitoria da UNESP foi ocupada pela segunda vez, em menos de um mês. Os 119 presentes foram encaminhados à delegacia após a ação da polícia militar que reintegrou posse.

Por um ato massivo e combativo

Trata-se de um ato estadual no dia 15 de agosto. Após a marcha se realizará uma plenária estadual que sob os eixos de **Fim da Repressão! Fim dos Processos! Liberdade Imediata a todos os Presos Políticos! e Abaixo ao genocídio aos negros, aos índios e ao movimento no campo!** Será discutido coletivamente como combater de forma unificada a repressão que cresce contra os movimentos sociais, com o objetivo de enfraquecer os que resistem aos ataques da burguesia, que despeja todo o peso da crise sobre os ombros dos explorados.

Essa unidade é urgente e necessária. Que os DCEs, CAs de todas as universidades, os sindicatos, movimentos pela terra e por moradia convoquem suas assembleias para discutir a participação nesse ato e na plenária conjunta contra a repressão. Que impulsionem a luta contra a lei antigreve e a repressão aos movimentos e organizações.

Todos ao ato! Fim da Repressão! Fim dos Processos! Liberdade Imediata a todos os Presos Políticos! Abaixo ao genocídio aos negros, aos índios e ao movimento no campo!

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Rodas anuncia eleições diretas pra reitor na USP

O reitor-interventor da USP Grandino Rodas anunciou que defenderá junto ao Conselho Universitário (que ele controla) uma proposta de eleições diretas para reitor. O conteúdo da proposta é que todos os estudantes, professores e funcionários possam participar da eleição do reitor, sem especificar de que forma. No entanto, a indicação continuaria cabendo ao governador. Rodas tem declarado que ele pode mudar a escolha na parte interna, mas não no que ele chama de externa, a relação da universidade com o governo. A previsão é de que a mudança seja apresentada para votação em outubro.

Rodas está encerrando sua gestão. Foi uma das mais autoritárias de todas, comparável apenas às da ditadura militar. Ele violou a autonomia universitária chamando a Tropa de Choque para reprimir estudantes e funcionários dentro da universidade. Concretizou um convênio com a polícia militar assassina e corrupta para tê-la como punho a fim de golpear quem estuda e trabalha e ouse contrariar suas determinações por meio de protestos. Incrementou uma onda de perseguição política com processos e eliminações, e ajudou que se criasse um ambiente repressivo generalizado nas unidades, com processos e sindicâncias contra qualquer um que ouse contestar atos de diretores. Quebrou a isonomia salarial entre professores e funcionários, impôs o acirramento da meritocracia e aprovou um plano de carreira que divide os trabalhadores. Privatizou o transporte interno, impossibilitando seu uso gratuito pela população do bairro, piorando sua lotação e beneficiando uma empresa particular. Impôs a piora da pós-graduação, embutindo-lhe gestão empresarial. Pretende, agora, reduzir o prazo para a graduação, o que levará à expulsão de muitos estudantes pelo jubilamento.

Um reitor tão autoritário só poderia propor uma alteração da forma de eleição que não muda em nada sua essência, que é a escolha pelo governador. Rodas apresenta a sua proposta como democrática, pelo fato de envolver no processo de eleição o conjunto dos estudantes, professores e funcionários. Para a burocracia que governa a universidade e serve de instrumento para que governo e capitalistas mandem, os que estudam e trabalham podem manifestar pelo voto sua indicação; no final das contas, continua valendo mesmo é a indicação do governador.

Há poucas semanas, o sindicato docente (Adusp) tinha

apresentado uma proposta de alteração dos estatutos, que incluía uma consulta paritária entre professores, estudantes e funcionários, que seria submetida ao Conselho Universitário e posteriormente ao governador. Contou com apoio da direção do DCE (PSol/PSTU), mas a assembleia geral estudantil a rechaçou. As propostas têm a mesma essência: a preservação do controle soberano do governo sobre a indicação do reitor. Está aí por que não apoiamos as bandeiras de diretas para reitor paritárias ou não: elas não alteram a essência da estrutura de poder na universidade, que é o controle do governo/capitalistas sobre ela por meio da casta burocrática corrompida.

A democracia universitária está ligada indissolivelmente à real autonomia e à mobilização dos que estudam e trabalham. A real democracia depende da soberania da Assembleia Geral Universitária, que constituirá um governo tripartite subordinado a ela. A estrutura de poder dos gabinetes empoeirados da casta burocrática devem ser destruídos. Isso será feito por meio da mobilização. Ao se mobilizarem pelas reivindicações comuns, os que estudam e trabalham têm de construir organismos de discussão, decisão e execução, que são as assembleias. As assembleias são o embrião do poder democrático e autônomo dos que estudam e trabalham, opostos à ingerência externa de governos/capitalistas.

A direção do DCE, em nota, se diz “fortalecida” com a proposta de Rodas. Considera que, se aprovada, será uma “conquista” do movimento. Mostra-se, assim, desarmada diante da manobra do reitor. Incapaz de lutar com consequência pela autonomia universitária, submetida politicamente à direção sindical docente, não sabe o que fazer diante da tramoia de Rodas.

A denúncia da manobra de Rodas começa por mostrar que ela está submetida à preservação da nomeação do reitor pelo dedo do governador. De que vale votar se a decisão tomada pela maioria pode não ser acatada? Mas, como denunciar isso quando se defendem outros mecanismos de desrespeito à decisão da maioria, como é a matemática da paridade, seja ela em que proporção for? Como combater o poder da casta burocrática quando se pretende reformá-la, alterando sua composição? A manobra de Rodas expõe a falência da política reformista das diretas com paridade.

Fortaleza

Concurso público não resolve o problema da carência de professores. Pela efetivação imediata dos professores com contrato temporário!

A rede estadual de ensino do Ceará tem mais da metade da categoria constituída de professores temporários. O governo anunciou concurso público para apenas 3.000 vagas com quatro fases. O que se vê é que não há interesse de acabar com a precarização do trabalho docente já que as vagas não chegam nem de perto das carências existentes na rede.

Essa situação faz parte do processo da política privatista desenvolvida pelo estado burguês para que os professores sofram as pressões das direções escolares caso venham participar das lutas do magistério, como também para manter salários rebaixados e inferiores aos do quadro efetivo, é bom lembrar que os professores temporários não gozam de plano de carreira, vale

refeição etc.

Muitos professores estão há anos lecionando, alguns até fizeram o concurso, mas não conseguiram ser aprovados em alguma das etapas. Para o governo, estes são considerados desqualificados, no entanto, são os mesmos profissionais qualificados para ficar na condição de temporários, receber salários miseráveis e ficar sob controle do governo e de seus agentes.

Infelizmente a direção governista da APEOC/PT/PCdoB ao divulgar junto com a Secretaria de Educação o edital do concurso acaba por referendar todo esse processo penoso que ao contrário do que diz o governo, serve para reprovar e desmoralizar a categoria. As correntes políticas PSTU, CONSULTA POPULAR, PCR, O Trabalho, PCB e PSOL também são inconsequentes na luta contra a precarização e defesa dos trabalhadores temporários, pois não levantam a bandeira de efetivação

Rondônia

Burocracia do SINTERO quebra a greve dos estaduais

No dia 10 de julho, a burocracia do Sintero publicou uma nota divulgando o fim da greve dos trabalhadores estaduais da educação, que havia iniciado em 21 de maio.

Esta greve tinha todas as condições para se fortalecer. Isso porque ocorreu no momento em que a educação municipal estava em greve. Portanto, a unidade grevista permitia o crescimento das duas greves na educação. Quando foi suspensa a greve dos municipais, iniciou um grande movimento de massa nas ruas de todo o Brasil e entre as reivindicações estava a defesa da educação pública. Apesar desses dois grandes momentos, a burocracia sindical conduziu a greve de forma corporativa. A falta de empenho em fortalecer a unidade nas ações de rua determinou o enfraquecimento da greve, depois de 50 dias de paralisação.

Nota capituladora da burocracia suspendendo o movimento

Os burocratas do Sintero, sem ter motivos materiais para encerrar a greve, apresentaram à imprensa a seguinte nota: *“Em respeito ao estado democrático de direito e de acordo com o estatuto do Sintero, a direção do sindicato acata o resultado e declara encerrada a greve por decisão da maioria dos filiados reunidos em assembleias em todo o Estado”.*

Desde o início da greve, os dirigentes do Sintero se limitaram a realizar assembleias por regionais ao invés de assembleias unitárias na capital. Essa fragmentação chegou ao ponto de ocorrer assembleias por municípios e em escolas que compõem os municípios. Tudo premeditado! O que a burocracia não queria era enfrentar de fato o governador Confúcio/PMDB, base aliada do governo Dilma/PT. Por meio de um comunicado, a direção do Sintero recorreu ao chavão burguês do “Estado democrático e de direito” para pôr fim a luta dos educadores.

Manobra da burocracia

Os trabalhadores estaduais de educação estavam há quase dois meses em greve. A burocracia aceitou a proposta do governador de uma mísera gratificação de 7,97%, a partir de 1º de

dos professores temporários, acabam, portanto, sendo coniventes com o concurso público.

O concurso público já foi progressivo na década de 80, quando a qualificação se opunha frontalmente à indicação política, muito comum a época, no entanto, com o aprofundamento da crise capitalista e sua desintegração em tempos de desemprego estrutural, o concurso público representa hoje que uma parcela expressiva da categoria fique na condição precária e outra pequena camada seja efetivada, em outras palavras significa separar quem vai ficar empregado e desempregado.

A Corrente Proletária na Educação/POR levanta a bandeira de efetivação de todos os professores na rede estadual de ensino a exemplo do que ocorreu com os Agentes de Endemias e de Saúde de Fortaleza. Mobilizemo-nos com os métodos da luta de classe por meio do enfrentamento direto com o governo autoritário de Cid Gomes!

agosto; índice de correção do Piso Salarial Profissional Nacional; revisão do vencimento básico em 5,87%, em abril de 2014; e 6%, em janeiro de 2015. Além da destinação de R\$ 500 mil por mês para pagamento da Licença Prêmio em pecúnia.

O encerramento da greve provocou o descontentamento de uma boa parte dos grevistas. A burocracia usou o argumento de 60% dos trabalhadores decidiram pelo fim. Porém, desconsiderou que além das cinco regionais que votaram pela suspensão, havia outras cinco que decidiram pela manutenção e uma se absteve. O que mostra a divisão entre os grevistas. As decisões por regionais impedem que, coletivamente (em assembleia geral na capital) os grevistas possam decidir a continuidade ou não da paralisação. A decisão pelas regionais não indicou o fim da greve. Ao contrário, evidenciou a divisão do movimento. O expediente dos burocratas de indicar os 60% em favor da suspensão a partir da divisão das regionais é uma manobra.

Posição da Corrente Proletária

No seio da greve, a Corrente Proletária da Educação interveio defendendo a unidade entre os trabalhadores municipais e estaduais da educação e os demais servidores que também estavam em greve. Colocou-se pelo fortalecimento da luta da juventude, que estava protagonizando ações desde o mês de junho e julho em diversos municípios de Rondônia. No entanto, a Corrente Proletária não teve força social para impor suas posições. A greve ficou submetida à política de conciliação de classes das burocracias sindicais que controlam o funcionalismo no estado.

Os trabalhadores da educação devem extrair desse longo movimento grevista as lições. Entre elas, é preciso fazer um balanço da política da burocracia que dirige o Sintero, que está vinculada até a medula ao governo de Dilma. E uma avaliação dos métodos empregados para conquistar as reivindicações. O governo usou a burocracia para quebrar a força da greve e impor reajustes parcelados e gratificação.

A crise econômica vem golpeando os trabalhadores e tudo indica que o movimento dos educadores terá de retomar a luta para defender os salários e as condições de ensino e trabalho.

10 anos do PT a frente do Estado burguês

Parte 2

Damos continuidade à série de artigos sobre a origem, ascensão eleitoral e experiência do PT na administração da máquina estatal burguesa.

Formação e ascensão eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT)

Os trabalhadores brasileiros, em particular a classe operária, tiveram duas experiências importantes com partidos de esquerda em nosso país. A primeira delas se deu com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, a partir de militantes e ativistas rompidos com o anarquismo. Ainda na década de 1920, o novo partido se transformara em seção brasileira da Terceira Internacional. Esse processo de afirmação do novo partido se deu no período em que a Rússia havia saído a poucos anos de uma guerra civil com a burguesia interna e internacional (imperialismo), que arrasou a economia e destruiu suas forças produtivas industriais, além de dizimar parte da vanguarda revolucionária e esgotar os trabalhadores. A Rússia se encontrava isolada internacionalmente, em razão das derrotas do proletariado em alguns países (Alemanha, principalmente). Iniciava-se no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e na Terceira Internacional o fortalecimento da burocracia estalinista. Em sua essência, revisou-se o internacionalismo proletário substituindo-o pela tese do “socialismo em um só país”. Para os países semicoloniais, o estalinismo forjou a tese da revolução por etapas, em oposição à revolução permanente desenvolvida por Trotsky.

Com a vitória do estalinismo no seio da União Soviética, do PCUS e da Terceira Internacional, que implicou na derrota da Oposição de Esquerda russa e expulsão de Trotsky da URSS, os Partidos Comunistas (PCs) do mundo, inclusive o brasileiro, passaram a refletir a política de Stalin que, em síntese, passou do sectarismo de 1928 (Terceiro Período), às alianças com a chamada “burguesia progressista” por meio das frentes populares (a partir de 1935) e acordos com governos imperialistas, levando processos revolucionários à derrota em vários países. No Brasil, não foi diferente. O PCB assimilou a política da revolução por etapas, buscando alianças com setores da burguesia nacional. O apoio ao governo de João Goulart, a imposição da ditadura militar, apoiada e mantida pela burguesia nacional (dita progressista) e pelo imperialismo selaram o destino do PCB. Na linha dos demais PCs, já havia abandonado completamente a estratégia da revolução socialista e se limitava à defesa de um governo democrático. Nunca mais esse partido conseguiu se reerguer.

A segunda experiência dos trabalhadores com um partido se deu com a formação do Partido dos Trabalhadores (PT). A crise da Ditadura Militar, em meio à crise mundial do capitalismo na década de 1970 e início dos anos 1980, levou à reorganização do movimento sindical, estudantil e popular no Brasil. Os governos de Ernesto Geisel (1974-79) e João Baptista Figueiredo (1979-85) sinalizavam com a chamada “abertura lenta e gradual”. A aprovação da Lei da Anistia ampla, geral e irrestrita no governo Figueiredo isentou os militares de qualquer processo e condenação diante dos crimes de tortura, desaparecimentos e mortes de militantes durante a Ditadura Militar.

Permitiu o reingresso de políticos e ativistas de esquerda ao País após anos de exílio, que iniciaram em 1983 o movimento pelas “Diretas Já!”, com a defesa de realização de eleições para presidente. O bipartidarismo anterior foi extinto permitindo a formação de novos partidos. Mas os atentados à sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro, em 1980 e a explosão de bombas no Riocentro, em 1981, em pleno ato em comemoração ao dia do trabalhador mostravam claramente os limites da abertura democrática.

O período de Geisel e Figueiredo é marcado por dificuldades econômicas e financeiras. Os problemas decorrentes da balança comercial e de pagamentos eram cobertos com empréstimos de bancos estrangeiros. Dados sobre a dívida externa bruta indicam que a mesma passou de US\$ 12,6 bilhões para US\$ 43,5 bilhões em 1978 e US\$ 91,1 bilhões em 1984. Já a dívida pública interna federal passou de 240 bilhões de cruzeiros para 520 bilhões de 1977 a 1979. A média anual da inflação entre 1974 e 1978 chegou a 38%. A taxa de inflação passou de 40,7% em 1978 a 223,8% em 1984. O Produto Interno Bruto (PIB) a partir de 1974, com a crise mundial, com algumas exceções (1976, 1980) declinou. Passou de 14,0% em 1973 para 8,2% em 1974 e 5,6% em 1975. Após a alta de 1976 (9,0%), declinou para 4,7% em 1977, seguindo-se uma alta até 1980 (9,2%). Em seguida, um novo declínio de -4,3% em 1981, 0,8% em 1982 e -2,9% em 1983, tendo uma leve recuperação em 1984 (5,4%).

Os trabalhadores eram atacados de todos os lados pelos governos e patrões, com a alta da inflação e do custo de vida, o desemprego, os baixos salários e a superexploração nas fábricas e locais de trabalho. As manifestações e greves operárias, a luta dos camponeses pela terra e o movimento estudantil eram sufocados pelos governos militares por meio da repressão. Portanto, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi um fenômeno progressivo frente à dispersão reinante na esquerda brasileira e da necessidade de centralização das lutas diante dos ataques dos governos e dos capitalistas às condições de vida e trabalho do proletariado e demais explorados.

A posição de se conformar um “partido sem patrões” já circulava na esquerda, entre sindicalistas, em congressos de metalúrgicos e reuniões políticas. Cite-se, por exemplo, a reunião realizada em 11 de dezembro de 1978, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, com 14 sindicatos, em que alguns dos presentes, entre eles Lula, José Cicote, Jacó Bittar, Henos Amorina e Paulo Skromov, manifestavam-se favoravelmente à formação do novo partido; ou a tese apresentada por José Cicote, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, no Congresso Metalúrgico de Lins, em 11 de janeiro de 1979, sobre a criação de um partido dos trabalhadores. A Carta de princípios do PT foi lançada em 1º de Maio de 1979, servindo de base para as discussões posteriores. Em 26 de junho de 1979 era realizada a primeira reunião do Movimento pró-PT de apresentação da

proposta de novo partido em subseção do Sindicato dos Metalúrgicos em Contagem (MG). O Movimento pró-PT acabou ganhando impulso, recebendo a adesão de inúmeros militantes e lideranças políticas e sindicais. O PT foi então fundado em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion em São Paulo, por representações de 17 estados brasileiros (1.200 pessoas), sendo aprovado o Manifesto do PT.

O fato é que, para o PT, confluíram setores ligados ao novo sindicalismo (chamado autêntico), que protagonizou as grandes greves dos anos 1978-80, sob direção de Luiz Inácio da Silva, o Lula, parlamentares, intelectuais, setores de base da Igreja, do movimento estudantil e popular, além de militantes e organizações oriundas da crise do estalinismo e da luta armada contra a ditadura militar e correntes trotskistas. Entre as organizações que ingressaram no novo partido, podem-se citar: remanescentes da Ação Popular (que depois junto com o MEP e Ala Vermelha, formaram o Movimento Comunista Revolucionário-MCR), a Ala Vermelha (dissidência do PCdoB), setores da Aliança Libertadora Nacional (ALN), do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o Movimento pela Emancipação do Proletariado (antiga fração da Polop), Partido Revolucionário Comunista (PRC), e grupos trotskistas como Convergência Socialista (hoje, PSTU), Democracia Socialista (DS) e Causa Operária (CO, hoje PCO). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) se colocaram contra a criação do PT, alegando, entre outras coisas, que a iniciativa enfraqueceria a frente política contra a Ditadura Militar, que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) havia se tornado. A Organização Socialista Internacionalista (OSI, depois conhecida como O Trabalho) colocou-se inicialmente contra a formação do PT, alegando que se constituiria em pilar da ditadura militar mas depois se integrou ao novo partido. Ao longo da história do PT, outras correntes, como a Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (TPOR, hoje Partido Operário Revolucionário-POR) também o integraram.

O fim da Ditadura Militar e a volta de governos civis, com a eleição de Tancredo Neves (PMDB), no Colégio Eleitoral resultaram de um compromisso entre as forças de oposição (PMDB) e dissidentes de direita (PFL), levando à derrota do candidato Paulo Maluf (PDS, antiga Arena). Com a morte de Tancredo, José Sarney assumiu a presidência (1985-1990). Esse processo finalizou com as eleições em 1986 e a promulgação da Constituição de 1988. Entretanto, não significou avanços nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores e demais explorados. Tal como na década anterior, os anos 1980 são marcados por uma profunda instabilidade econômica, pela alta da inflação e custo de vida, pela superexploração e pelas perdas salariais.

A aplicação de diversos planos econômicos ao longo do governo Sarney com o objetivo de estancar o déficit público e a inflação resultou em profundos ataques aos trabalhadores. Apesar de momentaneamente o governo conseguir alguns êxitos, como crescimento econômico (7,8% em 1985), aumento das exportações, crescimento da safra agrícola e reajustes salariais um pouco acima da taxa de inflação, ocorreu em seguida uma grande escalada da inflação, chegando a 239% ainda em 1985. O governo Sarney respondeu com sucessivos planos econômicos, tais como Plano Cruzado, seguido do Plano Bresser e Plano Verão. A inflação não parou de crescer, apesar de uma

queda em 1986, 65,03% no ano, passou a 415,83% em 1987, 1037,56% em 1988 e 1.782,90% em 1989. O PIB global do Brasil, diferentemente da década anterior, cresceu a uma taxa anual de apenas 1,3% na década de 1980.

Ao longo dos anos 1980, o PT esteve à frente das mais importantes greves e lutas travadas pelos trabalhadores, pela juventude e demais explorados no Brasil, reforçadas pela criação da Central Única dos Trabalhadores em 1983. De 1978-1984, a média anual foi de 214 greves e de 1985-1989, a média anual de greves cresceu para 1.102. Greves gerais foram realizadas em 1983, 1986, 1987 e 1989. Mas, de fato, a direção política e ideológica do Partido dos Trabalhadores esteve durante toda a década de 1980 e seguintes nas mãos de Lula e seu grupo próximo (incluindo José Dirceu). A década de 1980 e 1990 é também marcada pela crescente ascensão eleitoral do PT, que consegue, desde 1982, lançar candidatos a governo em quase todos os estados da federação e a cargos parlamentares municipais, estaduais e federais.

Logo na primeira eleição, em 1982, o PT conseguiu eleger 8 deputados federais, 12 estaduais e 117 vereadores no país. Lula candidatou-se pelo PT ao governo do estado de São Paulo e obteve boa votação. Em 1985, o PT conseguiu eleger Maria Luíza Fontenelle à prefeita de Fortaleza, capital do Ceará. Em 1988, o PT chegava ao poder da mais importante capital de um estado brasileiro: São Paulo, com a eleição de Luíza Erundina. Também foram eleitos Maurício Soares para a prefeitura de São Bernardo do Campo-SP, Jacó Bittar em Campinas-SP, Olívio Dutra em Porto Alegre-RS (ao qual se seguiram os governos de Tarso Genro, Raul Pont e Tarso Genro novamente, totalizando 16 anos na prefeitura) e Vitor Buaiz em Vitória-ES.

O final da década de 1980 e início dos anos 1990 são marcados, do ponto de vista internacional, pela crise final da União Soviética e do Leste Europeu. A burocracia soviética que, durante décadas, tornou-se um obstáculo ao avanço do movimento socialista internacional, com a burocratização dos PCs em todo o mundo e a aplicação das políticas do socialismo em um só país e da convivência pacífica com o imperialismo se via diante de uma profunda crise econômica, reforçada pela crise internacional do capitalismo. Em 1989, o Leste Europeu chegava à crise final, que a mídia simbolizou na queda do Muro de Berlim. Logo em seguida, em 1991, seria a vez da URSS desintegrar-se em vários estados. Por outro lado, a crise internacional do capitalismo fez os governos implementarem medidas de ataque às massas trabalhadoras e às conquistas sociais, aumentando a superexploração, deteriorando as condições de vida e trabalho. Imposto pelos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, o neoliberalismo expandiu-se pelos demais países e governos, em particular na América Latina.

É nesse contexto que ocorrem as eleições presidenciais de 1989 no Brasil. Elas foram um marco na história do PT e nas perspectivas eleitorais do partido para os anos seguintes. O partido lançou a sua maior liderança, Lula, como candidato a presidente. Sua militância se mobilizou nas manifestações, atos, comícios e debates com os demais candidatos nos meios de comunicação. Ainda era possível ver o candidato do PT defendendo o não pagamento da dívida externa, reforma agrária radical, questionando as bases econômicas da ditadura militar

e dos anos de alta inflacionária. O resultado é que Lula foi ao segundo turno, mas acabou derrotado por um desconhecido político, Fernando Collor de Mello (PRN).

A eleição de Collor (1990-1992) abriu uma etapa de aplicação de medidas neoliberais no Brasil, como a privatização de estatais e destruição de direitos sociais. Durante o curto período do seu governo, foram implementados o Plano Brasil Novo (Plano Collor/1990) e o Plano Collor II (1991). Sob o argumento de combate à inflação, os planos se destinavam à liberalização do movimento do capital financeiro, desregulamentação econômica para estimular a ação das empresas, a privatização das estatais e de portos e controle fiscal. Significou também o confisco de 70% dos depósitos em conta corrente e poupança. Os planos não conseguiram reverter a situação econômica, levando ao percentual de -4,3% do PIB em 1990, 0,3 em 1991 e -0,8 em 1992. A inflação foi reduzida de 1.476,6% (1990) para 480,2% (1991), voltando a subir para 1.158,0 (1992). Collor aplicou o Programa Nacional de Desestatização (PND), com a privatização de empresas públicas importantes, repassando-as aos capitalistas (caso da Usiminas).

Apesar do impeachment, em 1992, as políticas neoliberais de privatizações e destruição de direitos trabalhistas abertas por Collor seriam aprofundadas nos mandatos posteriores de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1992 e 2002. Ainda no governo de Itamar Franco (1992-1994), foi aplicado o Plano Real, capitaneado pelo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, com medidas de ajuste fiscal, cortes no orçamento para os setores sociais, altas taxas de juros, falta de reajuste de salários de servidores públicos. A política de privatização teve continuidade numa escala ainda mais ampliada. A repressão às manifestações, greves e movimentos sociais nesse período se expressou na violência contra a histórica greve dos petroleiros em maio de 1995, quando a justiça do trabalho declarou a ilegalidade da greve e o presidente FHC mandou o exército ocupar com tanques e metralhadoras as refinarias e reprimir os grevistas. O governo puniu e demitiu arbitrariamente milhares de trabalhadores. Em abril de 1996, 19 sem terras foram brutalmente assassinados em Eldorado dos Carajás, no Pará, quando 1.500 camponeses marchavam em protesto contra o atraso na desapropriação de terras pelo governo. A estabilização econômica garantiu, no entanto, a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Não obstante, esses anos são também caracterizados pela integração cada vez maior do PT à institucionalidade burguesa à frente da máquina estatal e parlamentos em municípios e estados, enfim ao jogo parlamentar e eleitoral, marcando definitivamente a passagem do PT de um partido nascido das lutas sociais de trabalhadores a partido adaptado à ordem burguesa, ajustado às disputas eleitorais interburguesas, afiançador do sagrado direito de propriedade privada e dos contratos realizados pelo governo com a iniciativa privada e com organismos internacionais. Em 1990, o partido elegia seu primeiro Senador, Eduardo Suplicy. Jorge Viana foi eleito prefeito do Acre em 1992. Em 1994, o PT conseguiu eleger quatro senadores e governadores em estados como Espírito Santo e Distrito Federal. Em 1998, Olívio Dutra era eleito a governador no Rio Grande do Sul, Zeca do PT no Mato Grosso do Sul e Jorge Viana no Acre. Nas eleições de 2000, o PT

amplia sua influência eleitoral-parlamentar, com a eleição de Marta Suplicy a prefeita de São Paulo, a reeleição de Tarso Genro em Porto Alegre, além das vitórias em Goiânia, Macapá, Recife, Aracaju, Belém, além de cidades como Guarulhos, Ribeirão Preto e Campinas.

Paralelamente, as administrações petistas (marcadas pelo discurso de moralização da máquina estatal e do desenvolvimento sustentável, numa época de decadência capitalista), que, na verdade, constituíam, como qualquer outro governo (prefeituras, estados e país), a garantia da ordem, da propriedade privada e dos interesses gerais da burguesia, inclusive aplicando o receituário neoliberal (como o ex-prefeito e depois Ministro da Fazenda Antonio Palocci), a aceitação de financiamento de empresas, a direção do PT travou uma luta descomunal com as correntes e setores do partido que se opunham à adaptação ao eleitoralismo e à defesa da grande propriedade capitalista e da ordem política burguesa. Além do esvaziamento político-ideológico dos seus encontros e congressos, a direção do partido enrijeceu do final da década de 1980 e ao longo da década de 1990 as medidas burocráticas contra as organizações existentes no seu interior que faziam uma dura crítica aos rumos da direção e do partido, que se esforçavam por colocar o partido no caminho da luta de classes entre capitalistas e trabalhadores e reivindicavam a revolução socialista. Esse processo de depuração interna, dirigida por Lula e Dirceu, foi marcado por mudanças no estatuto do partido, abandono de posições mais radicais, que pudessem despertar a desconfiança da burguesia no partido ou dificultar a sua ascensão eleitoral-parlamentar, a intensificação da pressão sobre a militância e as correntes revolucionárias, regulamentação do direito de tendência, dificultando a imprensa, sede e finanças próprias das correntes internas ao partido. Finalmente, passou a expulsar as correntes políticas, como Causa Operária (hoje Partido da Causa Operária) e Convergência Socialista (hoje, PSTU). A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (TPOR, hoje POR) rompeu com o PT antes das expulsões por considerá-lo um partido aburguesado e traidor.

Esse processo de conversão do PT à ordem burguesa culmina com a assinatura, em 2002, às vésperas das eleições presidenciais, da chamada Carta ao Povo Brasileiro, por Lula e o PT, assumindo perante a burguesia e as multinacionais a responsabilidade, de se eleito, cumprir os contratos assumidos pelos governos anteriores, manter os fundamentos das políticas econômicas de estabilização aplicadas pelo governo de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso com o Plano Real e apoiar às iniciativas capitalistas como o avanço do agronegócio. O PT acenava claramente à classe dominante a sua disposição de administrar o Estado burguês, a serviço da grande propriedade privada dos meios de produção e da manutenção da ordem jurídica dominante.

O fundamental da experiência de formação de um Partido dos Trabalhadores, baseado nos sindicatos, é que já nasce integrado ao capitalismo, pelo seu programa e por sua direção burocrática. A luta interna do trotskismo – não confundir com o centrismo morenista – logo se mostrou limitada pelo aparato controlado pela camarilha pequeno-burguesa aliada à casta de sindicalistas. O rompimento da TPOR no momento em que ficou visível que o PT havia se tornado instrumento da democracia burguesa e da colaboração de classe indicou esse limite.

Nordeste

Nos dias 13 e 14 de julho, o POR realizou sua escola de quadros (curso de formação política) no Nordeste. Estiveram presentes as regionais do CE, BA, PB e RN. Teve como tema o programa do POR que será atualizado em nosso congresso de janeiro e uma resolução sobre as mobilizações de junho que ocorreram em todo o país.

A discussão sobre o programa ressaltou a caracterização do Brasil como país semicolonial, a introdução do capitalismo de fora para dentro, sua formação histórica e lenta evolução do pré-capitalismo escravagista ao capitalismo. Destacou o esgotamento histórico do capitalismo, a vigência do internacionalismo proletário, o fracasso do PCB estalinista e a necessidade de reconstrução da IV Internacional.

A escola de quadros tem por objetivo formar militantes e simpatizantes nas ideias revolucionárias. O POR reconhece a importância de elevar os militantes à condição de teóricos do marxismo (transformar a experiência em programa). A derrota ideológica da burguesia, vale dizer, de seus agentes no seio do proletariado (o reformismo), exige a tarefa de estruturar quadros revolucionários. A escola de quadros primou pela disciplina e o rigor nas discussões. Seu êxito mostra o esforço da militância na estruturação do partido-programa no Brasil.

Abaixo publicamos a resolução sobre as mobilizações de junho

Resolução sobre as mobilizações de junho

1 – As mobilizações de massa, em junho, resultaram da crise política e econômica. A piora das condições de existência, a inflação, a carestia de vida que sacrifica os explorados e a pequena burguesia arruinada, expressão geral da decomposição capitalista, os escândalos de corrupção e a podridão das disputas entre as quadrilhas burguesas no seio do estado, lançaram as massas nas ruas. A luta contra o reajuste das tarifas de ônibus e metrô, primeiramente em São Paulo e a seguir no Rio de Janeiro, serviu como estopim. Protestos contra reajustes de tarifa do transporte coletivo, remoções de famílias para obras de infraestrutura e gastos com a Copa já vinham ocorrendo em algumas capitais a exemplo de Natal e Goiânia. As manifestações configuraram um levante de massas, em especial da pequena burguesia e sua juventude, que chocou-se contra os governos burgueses de todos os naipes, incluindo o governo Dilma (PT/PMDB/PC do B) Geraldo Alckmin (PSDB) e Sérgio Cabral (PMDB). O movimento, convocado inicialmente pelo MPL, levou setores de vanguarda dos estudantes à protestos contra o reajuste das tarifas de ônibus/metrô de São Paulo e foi barbaramente reprimido pela ação da PM do governo paulista do PSDB. O mesmo vindo a ocorrer no Rio de Janeiro onde a Polícia do governo do PMDB reagiu ferozmente aos bloqueios de avenida. A repressão desmedida desencadeou, sem que ninguém pudesse prever, a gigantesca mobilização de massa que explodiu espontaneamente, sem direção e sem convocação prévia das Centrais Sindicais, partidos de esquerda etc. A forma e a velocidade com que a revolta da juventude e classe média, espalhou-se por todo o território nacional, envolvendo milhões, expressaram o profundo descontentamento no seio dos explorados bem como a capacidade que estes têm de elevar-se como força social e impor-se perante os governos e a repressão policial.

2 – A ausência física e política do proletariado, amordaçado por anos de controle reformista, impediu que as reivindicações de emprego a todos, salário vital, moradia a todos, estatização do sistema financeiro e expropriação da burguesia ganhasse expressão. As massas pequeno burguesas sem contar com uma direção revolucionária, marxista-leninista-trotskista, foram pressionadas pela burguesia a canalizar seu descontentamento para os escândalos de corrupção e as disputas interburguesas.

As frações burguesas, refeitas de seu assombro inicial (a princípio os jornais burgueses caluniavam as manifestações e os governos acreditavam ser possível debelá-las por meio da simples repressão) buscaram como saída disciplinar a ação das massas e canalizá-la para disputa eleitoral. Uma imensa parafernália midiática foi movida para influenciar a rebelião das massas. Não faltou a ação de inúmeras organizações ligadas à burguesia que se intitulam apartidárias agindo por dentro das redes sociais para esvaziar o conteúdo de suas reivindicações, e preenchê-las com um viés eleitoral. As palavras de ordem burguesas de arquivamento da PEC 37, transformação de corrupção em crime hediondo, reforma política, (introduzidas de fora para dentro do movimento), foram absorvidas e coincidiram com a típica aspiração pequeno burguesa em reformar e moralizar o estado burguês e estiveram misturadas a outras que expressavam, embora deformadamente, as reivindicações dos explorados, como melhorias na saúde, educação, moradia, transporte, etc. A pequena-burguesia, como classe, é incapaz de desenvolver uma política própria, independente da burguesia ou do proletariado. Nas manifestações, esteve sob a pressão da política da burguesia. Não casualmente agiu sob o signo do nacionalismo, cantando o hino nacional e portando bandeiras verde-amarelas. Assim, foi possível que as manifestações de massa, ao mesmo tempo que se chocavam contra os governos, tanto de oposição quanto de situação, expressassem, também, as disputas interburguesas. A bandeira de combate à corrupção, voltada contra os mensaleiros, foi habilmente manejada pela oposição burguesa contra o Palácio do Planalto. A queda vertiginosa da popularidade de Dilma Rousseff refletiu o êxito do PSDB-DEM em canalizar parte da revolta para desgastar o PT.

3 – Nas jornadas de junho, as massas expuseram sua revolta contra as instituições burguesas. Os protestos em várias capitais se dirigiram não apenas contra o executivo, mas igualmente contra o legislativo (Congresso Nacional, Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas). Esta repulsa, porém, pelas próprias condições de ausência da direção revolucionária, só podia manifestar-se de forma espontânea e despolitizada. Uma dessas formas de manifestação foi o rechaço aos partidos. A bandeira do antipartidarismo defendida sistematicamente

pelos meios burgueses, todavia, tinham um caráter diferente daquela que era esboçada pela juventude e pequena burguesia revoltosas, que não conseguiam distinguir entre os partidos burgueses, seus algozes, e os partidos da esquerda. Para estes era uma forma de rechaço à podridão da política burguesa e seus partidos fisiológicos. Para os primeiros, no entanto, era uma arma voltada contra o PT/CUT a fim de anulá-los e impedir que o reformismo pudesse dispor dos rumos do movimento e canalizá-los para seus objetivos eleitorais. Ao passo que os partidos que se reivindicam da classe operária eram proibidos de atuar com bandeiras e carro de som. Os meios jornalísticos, e secundariamente as redes sociais, serviram de canal para a penetração das idéias burguesas. Os agrupamentos políticos (muitos deles reivindicando-se do anarquismo) que atuaram para reforçar o rechaço aos partidos agiram como agentes inconscientes da burguesia e colaboraram com a tendência à supressão da democracia operária no seio dos movimentos. A proibição dos partidos pela via da violência física expressou um elemento de reacionarismo dentro das manifestações de massa, que também manifestou-se em bandeiras como a de criminalização do aborto e redução da maioridade penal. Em alguns casos, o uso da violência física contra as correntes de esquerda ficou a cargo dos grupos fascistas infiltrados (caso de São Paulo) que representavam as tendências mais à direita da burguesia atuando em meio aos explorados.

4 – A revolta da juventude e classe média se expressou por meio da ação direta. Os métodos próprios da classe operária se impuseram e foram utilizados pelos manifestantes que tomaram avenidas, bloquearam estradas, destruíram lojas, agências bancárias e ocuparam prédios públicos. Os governos moveram seu aparato repressivo incluindo o uso da Guarda Nacional, criada pelo governo petista, para reprimir as manifestações. O Estado policial manifestou-se no Brasil. O sistema de inteligência trabalhou fundo. As infiltrações de agentes de polícia no interior das passeatas foram abundantes. A juventude respondeu improvisando seus próprios meios de autodefesa e de segurança. As mortes ocorridas, como a de Marcos Delefrate, atropelado em Ribeirão Preto quando participava de uma manifestação ou de Cleonice Vieira, em Belém, que teve parada cardíaca após inalar gás lacrimogênio, entre outras, são de responsabilidade dos governos. A reação violenta das massas nas ruas, destruindo pedágios, incendiando viaturas, carros, ônibus, atacando a sede de algumas prefeituras e de governos estaduais foi duramente condenada pela imprensa burguesa e taxada como ação de ‘vândalos’ infiltrados. A burguesia interveio ativamente para desenvolver o pacifismo e combater todo radicalismo. A fúria da juventude, em especial da juventude pobre que foi se incorporando ao movimento se interpôs como um obstáculo. A polícia, a despeito de seu forte aparato, se viu envolta em batalhas campais. Não pode anular por meio da ‘ação seletiva’ a ação dos chamados ‘vândalos’. A utilização dos métodos próprios do proletariado por parte da juventude pequeno burguesa rebelada não foi expressão da perda de suas ilusões democráticas, mas manifestou um rechaço espontâneo às instituições burguesas. A ausência da classe operária e do campesinato nas lutas impediu que as ações radicalizadas se voltassem contra a grande propriedade capitalista/latifundiária e colocasse o problema da expropriação.

5 – O Movimento pelo Passe Livre (MPL), uma organização artificial e sem raízes de massa, não esteve à altura dos acontecimentos. Em São Paulo, onde estava melhor implantado, o MPL abandonou a consigna do passe livre para estudantes e desempregados e a municipalização do sistema de transporte, em detrimento apenas da anulação do reajuste de tarifas. As manifestações, na medida em que foram adquirindo um caráter massivo, foram ultrapassando não apenas os DCE’s como direção formal da juventude universitária, mas o próprio MPL e ditando novas consignas. As lideranças do MPL foram engolidas para logo capitular abrindo mão de suas próprias reivindicações tradicionais. Por fim, o MPL anunciou sua retirada das mobilizações com a alegação do atendimento da revogação do aumento da tarifa de ônibus/metrô pelos governos Haddad (PT) e Alckmin (PSDB). O problema da direção política e da centralização da luta esteve colocado ao longo de todas as manifestações de junho. Articuladas via redes sociais (facebook), com caráter horizontal e antipartidário, sem realização de assembleias, sem fóruns de discussão/reunião que pudessem debater as reivindicações e a linha política bem como preparar as ações de rua, a revolta da juventude submergiu no espontaneísmo. As vagas reivindicações, as bandeiras alheias à vida dos explorados e a ausência de uma direção centralizada revelaram a fraqueza e os limites do movimento.

6 – O PSOL e PSTU atuaram com uma política reformista e centrada nos acontecimentos. Não se mostraram a altura de se distinguirem das pressões pequeno-burguesas e burguesas de canalizar o movimento para o terreno da luta interburguesa. Não levantaram as reivindicações de defesa da vida dos explorados como salário vital, emprego a todos, etc. O PSOL adaptou-se às bandeiras burguesas de retirada da PEC 37, reforma política etc. Ergueu a bandeira de auditar as concessões de benefício aos empresários do transporte e abertura de suas planilhas. Reclamou mais verbas para a educação e saúde públicas sem defender a estatização da rede privada de ensino e saúde. O reformismo psolista há muito havia capitulado, nos meios universitários, aos preconceitos pequeno-burgueses do apartidarismo. Muitas vezes chegou a utilizá-lo como arma contra correntes adversárias. Quando as manifestações forçaram o PSOL a retirar suas bandeiras e impediu a panfletagem de seus parlamentares, os reformistas psolistas acabaram sucumbindo ao reacionarismo por eles mesmo estimulado. O PSOL, por fim, passou a defender junto com o governo petista a proposta de um plebiscito sobre a reforma política e assim, mergulhou de cabeça no jogo eleitoral que se desenvolvia entre as frações burguesas. O PSTU também tem se adaptado às pressões pequeno-burguesas. Não levantou as bandeiras do proletariado, como escala móvel de trabalho etc. Não denunciou com vigor a presença das ideias burguesas e pequeno burguesas e a ausência da política revolucionária. Para justificar sua adaptação eleitoral e não chocar-se contra o atraso político manifestado pelas massas teve de fazer grosseira apologia das reivindicações surgidas nas manifestações e caracterizado que a maioria esmagadora delas (90%, nas palavras de Zé Maria) choca-se contra a grande burguesia.

7 – Diante da avalanche das massas nas ruas, o PT e a CUT ficaram acuados. O mesmo se passou com o governo petista. O reformismo caracterizou as manifestações da juventude

como uma ação orquestrada por setores da direita burguesa, para derrubar o governo Dilma Rousseff (PT/PMDB). Não podia aceitar o fato de que as massas se haviam rebelado, entre outros, contra o seu próprio governo. O petismo, que sempre controlou os movimentos sociais com mão de ferro, viu-se em apuros com a revolta espontânea, incontrolável e massiva. Seus mecanismos de controle burocrático habituais sobre sindicatos e movimentos populares tornaram-se impotentes para servir de correia de transmissão de sua política ou para pôr sob seu controle as grandes manifestações da juventude. O reformismo petista sempre apoiou-se na chamada classe média, esboçando um programa de reformas pró-capitalistas de cunho popular. Arrastou milhões para disputa interburguesa com os partidos oligárquicos e prometeu reduzir as desigualdades, distribuir renda e democratizar o Estado. Em pouco mais de 10 anos no poder, o PT oligarquizou-se, meteu-se entre as quadrilhas burguesas presentes na máquina do estado e atacou a vida das massas em defesa dos interesses capitalistas nacionais e estrangeiros. Não casualmente, a desilusão e a revolta dirigiram-se em grande parte contra o governo petista. A traição histórica do reformismo, que sempre rechaçou a tarefa de organizar os explorados em torno de uma política própria, independente da burguesia, que sempre travou uma batalha de morte contra o marxismo revolucionário e alimentou as ilusões democráticas dos oprimidos foi paga com o repúdio das massas na forma de levantes e desgaste eleitoral. A ausência do proletariado e seu partido, como dirigente de massas, impossibilitou que os explorados pudessem seguir adiante e arrancar as suas reivindicações.

8 – As manifestações arrancaram uma importante conquista política. O recuo dos governos em quatorze capitais revogando os reajustes de tarifa de ônibus e metrô só foi possível pela disposição inquebrantável das massas de enfrentar a tropa de choque, ocupar as avenidas e radicalizar nos métodos de luta. De nenhuma forma se deveu à política de suas direções como MPL, movimento mais pão menos circo etc. Economicamente, a revogação do reajuste não altera as condições de vida miseráveis da maioria. A vitória política esteve em ensinar às massas que o caminho para a arrancar suas reivindicações passa pela ação direta e não pela via eleitoral. As concessões anunciadas pelo Governo Dilma/PT e estabelecidas no Pacto sobre educação, saúde, transporte e reforma política acertado com governadores e prefeitos foram ditadas pela pressão do movimento e pelas disputas interburguesas. Os partidos burgueses, organizados em torno do governo, acenam com o atendimento de vagas reivindicações ou no caso do PT fazem demagogia em torno do plebiscito e assembleia constituinte utilizados como arma contra a oposição PSDB-DEM. As ações concretas serão para inglês ver. O orçamento do governo permanecerá into-

cado. A crise mundial capitalista que já golpeia o Brasil o atingirá com mais força e obrigará os governos a cortar recursos e prosseguir sua política de desintegração da educação, saúde e previdência. Os recentes indicadores de volta da inflação, deterioração das contas externas, desaceleração brutal da indústria, queda do preço internacional das commodities e profundo endividamento da população significarão que o governo terá de sair em socorro dos capitalistas e aprofundar medidas como privatizações, retirada de direitos, achatamento e cortes de salário. As massas não terão outra alternativa a não ser voltar a reagir com novos levantes, desta vez mais organizados.

9 – A tese porista de que a luta de classes alcançaria um novo patamar, em decorrência da profunda bancarrota econômica do capitalismo, vem sendo confirmada pelos fatos. As multitudinárias manifestações que sacudiram as capitais, protagonizadas pela juventude pequeno-burguesa e uma parcela da população pobre, romperam a estabilidade da política burguesa e colocaram o Brasil no mapa dos países convulsionados. A irrupção das massas paralisou os aparatos institucionais da burguesia. Os governos ficaram encurralados e o Congresso prostrado diante da ação soberana das massas nas ruas. Nem os velhos partidos burgueses, nem parlamentares demagogopopulistas, nem o reformismo e sua gigantesca estrutura sindical conseguiram tornar-se uma referência para guiar as massas. Estavam demasiados apodrecidos e carcomidos. Por outro lado, uma direção proletária capaz de imprimir um caráter anticapitalista e anti-imperialista às lutas também não pode emergir dada a profunda crise de direção revolucionária. O Partido Operário Revolucionário (POR), ainda em construção, chocou-se com a política burguesa e pequeno burguesa democratizante no interior das manifestações. Trabalhou as reivindicações do Programa de Transição que levassem as

massas a enfrentar-se com a grande propriedade privada burguesa, a exemplo das consignas de salário vital, escala móvel das horas de trabalho, estatização da saúde ensino e transporte privados sob controle dos trabalhadores, revolução proletária e governo operário-camponês. O arrefecimento das ações de rua, sem que as massas tenham sido derrotadas, implica que não perderam disposição de luta; recuo para dar um novo salto adiante. A próxima onda de manifestações se deparará com o problema capital de despertar o proletariado e romper as travas da burocracia sindical para que se incorpore às mobilizações de massa. As tarefas que se desprendem destes extraordinários acontecimentos são ampliar a propaganda revolucionária entre as massas e superar a crise de direção construindo o partido revolucionário e impulsionando o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Adquira com o distribuidor deste jornal

As massas nas ruas mostram toda sua força e a necessidade da direção revolucionária



Partido Operário Revolucionário



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DA UNIDADE PROLETÁRIA
MASSAS

Nesta edição:

- Argentina: A política eleitoral da Frente de Esquerda não tem nada de revolucionária
- Chile: A contrarrevolução pinochetista -1ª parte
- Bolívia: Os fatos evidenciam que a tática de organizar um Partido dos Trabalhadores baseado nos sindicatos é contrarrevolucionária
- Reativam os processos contra dirigentes sindicais do magistério de La Paz

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Argentina:

A política eleitoral da Frente de Esquerda não tem nada de revolucionária

A linha política já lançada pela Frente de Esquerda dos Trabalhadores (FET) confirma a ausência de uma caracterização do papel que desempenham as eleições e o Congresso. Não dizem que não será por meios eleitorais ou legislativos que se resolverão as reivindicações dos trabalhadores e oprimidos. É um engano propor reivindicações como salário, previdência, nacionalizações do comércio e sistema financeiro sem mencionar quais são os métodos pelos quais serão impostas. Os métodos próprios da classe operária não aparecem na campanha da FET, tampouco a necessidade de se libertar da burocracia traidora dos sindicatos e das centrais sindicais (CGTs e CTAs).

A campanha da FET, a intervenção de seus candidatos e dirigentes não menciona a questão da propriedade. Seus discursos referem-se ao tema do dólar, da dívida externa, da inflação, da abertura de livros, mas não emitem nenhuma palavra sobre o papel da questão nacional na crise econômica e política. Ou seja: a dominação asfixiante do imperialismo, das multinacionais que operam nos ramos vitais da economia. A dívida externa é apenas um aspecto desta dominação. O principal obstáculo para desenvolver as forças produtivas é a concentração dos principais meios de produção nas mãos das multinacionais, cujas empresas devem ser expropriadas. Não há possibilidade de organizar a economia em convivência com o imperialismo. Como entender que falem de “anticapitalismo” sem dizer que se deve terminar com a grande propriedade dos meios de produção?

São estes traços reformistas de sua campanha que podem gerar alguma confusão com a centro-esquerda, questão que tanto lhes preocupa. Não haveria nenhuma possibilidade de confusão para o eleitorado se fizessem uma campanha revolucionária, levantando com clareza as bandeiras que se referem aos métodos de luta e ao questionamento da grande propriedade privada dos meios de produção. Fazendo campanha “progressista” não conseguirão se diferenciar.

Diz o Partido Obrero (PO) em seus editoriais: “*Nas primárias¹, o ‘cambalacho’ da centroesquerda contém uma incógnita que só será esclarecida no curso da campanha. É que se por um lado colocaria abertamente seu caráter oportunista e arrivista ante o eleitorado popular, por outro poderia*

arrastar as tendências contrapostas do eleitorado a participar em função de fazer prevalecerem seus candidatos”.

“O resultado da interna poderia decantar uma grande parte do eleitorado progressista em direção à esquerda, no entanto, enquanto isso, poderia retirar votos da primária da Frente de Esquerda”.

“Esta contradição coloca a necessidade de uma campanha enérgica da FET para que o eleitorado progressista participe da primária da FET, e não das internas da ‘Unen²’”

“... sempre que sejamos capazes de esclarecer, ante o eleitorado, a enorme confusão que gerará, frente às primárias, a proliferação de listas centro-esquerdistas e pseudo-esquerdistas”.

O PO faz referência ao choque entre a oposição e o governo sobre a chamada reforma da Justiça e diz: “A República, no entanto, significa que o povo eleja e tenha direito a revogar seus representantes políticos e que a representação popular se exerça em todas as atividades da sociedade, e que a Justiça se converta em um órgão representativo”. Se está falando da república burguesa, que é expressão do capital, não somos partidários de aconselhar nenhuma reforma. Se está se referindo à república operária, deve dizer com todas as letras que deverá ser produto de uma revolução social que acabe com a ditadura do capital, com seu Estado, só assim as massas conhecerão pela primeira vez a democracia.

Por outro lado, no mesmo jornal, no mesmo artigo, diz o seguinte: “A Frente de Esquerda opõe às falsas “reformas do Estado” a perspectiva de um governo dos trabalhadores”. Fórmula ambígua demais, que não faz referência ao caráter de classe desse governo, nem como se chegará a ele. Será por meio de eleições?

São estes aspectos da política da FET que confundem e ajudam a gerar ilusões na democracia burguesa.

O POR não chama a votar na FET e defende a anulação do voto com a política revolucionária e socialista da classe operária. E exigirá que se eliminem todas as barreiras de porcentagens primárias e condicionamentos para que todas correntes de esquerda que desejem se apresentar nas eleições o façam. As primárias são uma manobra proselitista para cercar todas as correntes.

Extraído do Masas argentino, n. 276, de julho de 2013.

1 No sistema eleitoral argentino, de acordo com lei aprovada em dezembro de 2009, há uma etapa (Primárias Abertas Obrigatórias e Simultâneas) em que os partidos apresentam seus candidatos aos eleitores e aqueles que atingirem determinada porcentagem de votos, irão para a votação da segunda etapa. Foi esta modificação que motivou a formação da FET. Em agosto serão realizadas as primárias para os candidatos ao parlamento.

2 Frente composta por parte da oposição de direita ao governo, com nomes que estão ligados ao nacionalismo burguês, tendo como integrantes desde setores do Partido Radical, Coalizão Cívica, ARI, Projeto Sul, Livres do Sul, GEN, Partido Socialista Autêntico, Partido Socialista e Podes.

Chile: A contrarrevolução pinochetista - Iª parte

O impasse frentepopulista estava destinado a dar lugar à revolução proletária ou à contrarrevolução fascista

Lucas Martinez

O allendismo estava a caminho de se esgotar como governo democrático-burguês de contenção das massas quando sobreveio o golpe fascista de Augusto Pinochet. A burguesia o havia tolerado na medida em que freava o desenvolvimento das tendências revolucionárias do proletariado e da pequena burguesia e mantinha uma grande parte de seu poder e propriedades. O que não significava que esta “convivência forçada” estivesse isenta de choques violentos. Sua remoção pela burguesia se fez necessária quando as contradições, que adquiriam cada vez mais um papel decisivo na situação política, ameaçavam romper o instável equilíbrio entre as classes polares da sociedade.

O primeiro fator era a crescente atividade política e combativa de importantes camadas do proletariado e da pequena-burguesia no país e no continente. Os governos nacional-reformistas ou “desenvolvimentistas” estavam gastando suas últimas forças e recursos para conter as massas. Em todo o centro e sul do continente, com maior ou menor grau de radicalização política e em diferentes ritmos, se levantava uma poderosa onda revolucionária que ameaçava a estabilidade do regime burguês semicolonial. Crises políticas e econômicas rapidamente desembocavam em crises revolucionárias.

No Chile, milhares de ativistas e delegados operários, estudantes, a pequena burguesia urbana e os camponeses se politizavam e se radicalizavam aceleradamente. O proletariado ganhava força social, as greves gerais se expandiam contra os governos e as patronais nacionais e imperialistas. Uma vigorosa tendência classista se expandia no movimento operário. Diversas correntes de esquerda viam crescer suas fileiras e uma vanguarda se destacava na luta de classes, rompendo, cada vez mais, com seus laços burocráticos e suas tradições de conciliação de classes.

Estavam criando-se as condições do desenvolvimento da classe operária como classe independente. Os cordões industriais no Chile avançavam na criação de organismos unitários de base, futuros embriões de seu poder como classe revolucionária. Convém assinalar que na Argentina também ocorria um processo semelhante com as coordenadoras interfábricas.

Durante quase três anos de governo frentepopulista no Chile, uma camada significativa do proletariado havia desenvolvido uma representação democrática de delegados de fábricas e oficinas em cada zona e região, organizando o trabalho econômico, social e as atividades políticas em conjunto com os moradores, camponeses, estudantes, etc. E tendiam a centralizar-se nacionalmente, na perspectiva de superar a CUT (Central Única dos Trabalhadores) estatizada e constituir o germe do poder operário.

Estes organizavam centenas de fábricas, especialmente as pequenas e médias, muitas delas já em mãos dos trabalhadores que haviam “imposto” a nacionalização ou faziam diretamente intervindo em sua direção e produção. Os problemas de produção, abastecimento de matérias-primas, autodefesa e mobilizações eram discutidos entre os delegados com mandato e se executavam pelo próprio organismo fabril ou pelos cordões. Muitos deles avançaram na coordenação com a população para medidas de defesa pública contra a reação, pelo abastecimento zonal, funcionamento dos serviços básicos (transporte, eletricidade, etc.), entre outras medidas econômicas e políticas.

Durante o locaute patronal de 1972, chamaram a “constituir o controle operário sobre as indústrias privadas pequenas e médias” e à constituição de Comitês de Vigilância Operária em todas as indústrias para evitar os boicotes empresariais; mas também para melhorar a produtividade e controlar a produção.

Estes eram os grandes traços do processo de constituição dos germens de um duplo poder operário no Chile. A crise revolucionária ganhava corpo e se projetava, ainda que em certa medida instintivamente, para a revolução e ditadura proletárias. Este processo foi abortado pelo golpe. No entanto, o maior bloqueio a esta tendência se manifestou na ausência de uma direção revolucionária, o partido marxista-leninista-trotskista. Esse foi o fator fundamental que impossibilitou o proletariado romper a conciliação de classes imposta pela frente popular e pela ofensiva da reação burguesa e se lançar à insurreição para a tomada do poder.

Os cordões eram o laboratório social onde a classe operária se educava para substituir a burguesia nos comandos da produção. E onde se criavam os meios político-administrativos do futuro Estado Operário. E, também, onde se gestava a oposição revolucionária ao governo de Allende, já voltado para a direita. Isso pode se observar ao analisar o documento assinado pelas representações operárias dos cordões em todo o país, 24 de julho de 1973, no plenário para a constituição da *Coordenadora de Cordões Industriais nacional*, na província de Santiago. Milhares de delegados operários se definiam por “constituir organismos de defesa (...) para o controle territorial e político por parte da classe”, que deveria lutar “contra o sectarismo e o burocratismo”, que nos cordões devia “instaurar-se a democracia proletária” e, finalmente, que os cordões deviam preparar “a classe para a tomada do poder” e “combater a resistência da burguesia”.

A esta diferenciação do proletariado como classe independente, se somará a radicalização do campesinato e uma parcela da pequena burguesia urbana. A formação de Conselhos Camponeses, a tomada de terras pela via das ocupações, o enfrentamento com os latifundiários e governo, a passagem de uma parcela de sua vanguarda para posições mais radicalizadas, a formação de correntes internas no Partido Socialista chileno que caminhavam para a esquerda, entre outros fatores político-sociais, expressavam a polarização de classe que se definia e que ameaçava a romper os diques de contenção parlamentares e legalistas, desembocando abertamente na luta de classes.

O segundo fator foi a crise capitalista mundial que tomou conta da segunda metade da década de 70, na qual pesavam os laços de interdependência entre a economia e a política chilena com o imperialismo. Este pressionava poderosamente as semicolônias a aumentarem as condições de saque sobre seus recursos, matérias-primas e mercados. Sob o império destas leis econômicas e políticas, o allendismo se convertia em um “anacronismo” ao não agir revolucionariamente de acordo com o novo período, marcado por uma feroz ofensiva reacionária do imperialismo contra as massas e suas conquistas. A UP não somente não podia encarnar a crescente atividade independente e combativa das massas que se projetavam instintivamente contra a grande propriedade privada, como as combatia em defesa da democracia burguesa e dos interesses gerais da classe capitalista.

No Chile, refletindo essas tendências e adotando suas formas es-

pecíficas nacionais, se impunha para o imperialismo uma mudança urgente do governo frentepopulista. No entanto, sua remoção não poderia ocorrer por caminhos democrático-eleitorais. Diante da crise dos partidos da burguesia e da mobilização das massas que vinha crescendo desde os anos 60, essa via estava superada. Uma classe operária forte e capaz de romper o equilíbrio de forças herdado do allendismo constituía um grave perigo. Diante disso, a democracia tornou-se um caminho imprevisível e duvidoso para a oligarquia chilena. Não estava assegurada por essa via sua vitória e a retomada do poder. Sob essa combinação de fatores, sobreveio o golpe militar.

Assim ficou exposta a direta interdependência do processo revolucionário e contrarrevolucionário com as leis mais gerais do desenvolvimento capitalista em sua época de desintegração mundial. A vigência de uma democracia ampla, plebiscitária e de amplo apoio popular, com medidas progressivas – e consensuais – reformas sociais ou econômicas, de necessidade de uma etapa passou a ser um obstáculo para as novas condições criadas pela crise estrutural capitalista de 1970.

A ditadura fascista que militarizou o Estado e as relações entre as classes sucedeu o allendismo quando se produziu uma virada definitiva nas relações políticas mundiais e internas. E quando se impunha ajustar as condições de exploração da semicolônia e sua força de trabalho assalariada aos novos padrões de acumulação e reprodução ampliada do capital monopolista imperialista. A ditadura pinochetista veio assim a “estabilizar” o regime político semicolonial, o que exigiu derrotar fisicamente a crescente atividade das massas nas cidades e no campo. E passar para uma ofensiva de contrarreformas econômicas e sociais que criassem, a longo prazo, as bases jurídico-políticas para a acumulação capitalista baseado no saque das riquezas

minerais, na usura e na remessa de lucros.

É notório como, quando já se realizavam os preparativos contrarrevolucionários e estava aberta a conspiração reacionária contra o governo da Unidade Popular (UP), Allende mais se agarrará desesperada e reaccionariamente aos preceitos do Estado burguês. E mais se voltará para a direita na busca de conformar blocos ou alianças para conter os complôs do poder econômico do país e do imperialismo. A burguesia chilena e o imperialismo haviam colocado em marcha o golpe sangrento e o governo da UP continuava agarrado a uma democracia inexistente.

A tese de que seria possível frear o golpe com uma abertura para “a direita” nas alianças de governo foi o ensaio de uma vã esperança de socavar a base social da reação. Mas o allendismo socavava suas próprias bases populares, debilitando-se diante da reação e perdendo sua confiança no poder de conter as massas. A “manobra” estalinista de ampliar pela direita as alianças do governo teve um caráter suicida e criminosa. Era apoiando-se nos explorados que poderia fortalecer-se para desbaratar a reação, o que implicaria a revolução.

O problema de fundo estava em que a reação mantinha em suas mãos os cargos econômicos chave, o controle de reservas importantes do poder estatal (juízes, deputados, senadores, burocracia estatal, etc.), os comandos policiais e militares, assim como relações diretas com o imperialismo norte-americano que apoiava e financiava o complô. Este era o Estado de direito real. O allendismo não podia derrotar a reação nesse campo. A frente popular se mostrou congenitamente incapaz de tomar o poder da burguesia. Acabou servindo à burguesia em seu objetivo de esmagar o movimento revolucionário, que desde os anos 60 avançava contra o capitalismo.

Bolívia – Réquiem para o PT

Os fatos evidenciam que a tática de organizar um Partido dos Trabalhadores baseado nos sindicatos é contrarrevolucionária

O II Congresso do PT foi um fiasco, com escassa participação, onde a tônica principal foram as concessões e acordos para evitar que o recém-nascido exploda em mil pedaços. Diante dos esforços em acentuar seus contornos pró-burgueses, acordaram ratificar o programa reformista aprovado em Huanuni e dizer que as “emendas” propostas “serão levadas em conta” na hora de adequar o programa às exigências do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE). A “nova” direção transitória fica encarregada dos trâmites para seu reconhecimento legal no TSE. A direção eleita é fruto de um “acordo” para evitar a ruptura e conciliar disputas que ameaçavam com o abandono de um setor da burocracia. Em resumo, um fiasco.

Por que um partido baseado nos sindicatos deve concluir irremediavelmente como o partido da burocracia sindical? Porque normalmente os trabalhadores de base não participam do sindicato, deixam todos assuntos cotidianos nas mãos dos dirigentes. A direção sindical, por mais revolucionária que se proclame, não é a expressão fiel das bases. Suas expressões sempre vão ser uma interpretação do que “querem” as bases, uma interpretação mediada por uma série de fatores subjetivos e materiais, como por exemplo o grau de formação político cultural do dirigente, sua filiação ideológica, em determinados casos a preservação de certas vantagens derivadas do cargo

(declaratória em comissão, viagens com diárias pagas, e no extremo da degeneração a preservação de privilégios outorgados pela patronal e pelo Estado). Não por acaso, os clássicos do marxismo se esforçaram no afã de definir medidas para combater a degeneração burocrática dos dirigentes, medidas tais como que os dirigentes não podem ganhar mais que o salário médio de um trabalhador de base ou ações destinadas a viabilizar a revogabilidade do mandato, etc.

Apenas em momentos de agudização da luta de classes, quando as massas mobilizadas enfrentam a patronal e o Estado burguês, é que afluem massivamente ao sindicato e a suas assembleias, para impor seus interesses aos dirigentes burocratizados. A burocracia sindical aprendeu a rifar esta radicalização das bases para impedir que estas concluam varrendo-a do cenário. O recurso preferido dos burocratas sindicais, quando as bases estão radicalizadas, é adotar poses ainda mais radicais que as próprias bases. Os burocratas, de amarelos profissionais transformam-se em vermelhos incendiários, assim preparam a traição, à espera do momento mais oportuno quando a tensão das bases começa a afrouxar. O exemplo mais recente disso se deu na recente luta em torno à Lei de Pensões. Os burocratas traidores, repudiados pelas bases, são os mesmos dirigentes criadores e “donos” do PT.

Por sua natureza, os sindicatos são ideologicamente heterogêneos, em seu seio atuam as tendências políticas mais diversas, que são expressão política de diferentes camadas de trabalhadores que se distinguem pelo seu nível de politização. O partido revolucionário expressa e se entronca com as camadas de vanguarda, a burocracia sindical se apóia nas camadas atrasadas. Como poderia um Partido dos Trabalhadores baseado nos sindicatos se esquivar do fato de que sua sorte estará ligada àqueles que circunstancialmente ocupam os cargos de direção dos sindicatos que lhe dão vida? Simplesmente não pode, está condenado a sofrer a sorte da burocracia sindical. Poderá prosperar em momentos de tranquilidade, de distensão da luta de classes, em que os “estrategistas de derrotas” e os pequeno-burguesinhos que querem posar de “revolucionários” tem amplo espaço para discursar, especular, fazer “amarrações”, ganhar postos dirigentes, etc. Só pode conhecer certa estabilidade interna quando as disputas ideológicas concluem em acordos e composições que evitem fraturas e abandonos. O resultado permanente de tais composições é um programa reformista burguês, que se reproduz e se renova cada vez no afã de aplanar os conflitos interburocráticos. O que menos pode sair daí é uma direção revolucionária.

Na Bolívia, onde a agudização da luta de classes tende a levar as coisas aos extremos, as imposturas como a do PT têm pernas curtas, as bases que conhecem e desconfiam da burocracia sindical organicamente traidora e sustentadora da patronal e do

Depois da última mobilização pela Lei das Aposentadorias, o governo ordenou depurar das fileiras sindicais os trotskistas

Reativam os processos contra dirigentes sindicais do magistério de La Paz

Depois de um silêncio de mais de sete meses, o Conselho Nacional de Disciplina Sindical do magistério urbano da Bolívia, organismo controlado pelo governo por meio do mal chamado Partido Comunista, noticiou que reativará o processo sindical iniciado por elementos oficialistas contra José Álvarez, Luis Copeticona, Samuel Amoragas e René Pardo. Apesar de existir prova de que a conduta desses dirigentes se embasou nas decisões do Congresso Departamental, de assembleias gerais e dos conselhos consultivos do magistério pacenho, os capachos do governo têm a ordem de arrancar um ato condenatório com a finalidade de marginalizá-los da vida sindical por muito tempo.

A mentalidade policialesca do oficialismo acredita que, usando essas medidas burocráticas, irão extirpar o trotskismo do poderoso magistério urbana de La Paz. Não levam em conta que a expressão sindical do POR no magistério, União Revolucionária do Mestres (URMA), é tradição política, que conseguiu transformar a consciência do magistério pacenho e nacional. É a única corrente revolucionária que conseguiu dar respostas pontuais a todos os problemas da educação, do magistério e de todos os trabalhadores do país. Assinalou qual é a posição revolucionária diante da reforma educacional imposta pelo imperialismo (Lei 1565) e da reforma reacionária do MAS (Lei 070); assinalou qual é a resposta ao problema das pensões, diferenciando-se com clareza da capitalização individual imposta pelo imperialismo e desmascarou que a atual Lei de Pensões, imposta pelo MAS, não é outra coisa senão a continuidade da anterior. Manteve uma persistente luta para conquistar melhores condições de vida e trabalho não só para o magistério, mas para todos os explorados

Estado burguês, já se deram conta (graças à traição dos burocratas no conflito recente sobre as aposentadorias) de que este suposto partido organizado em seu nome não é mais que outro “instrumento” para enganar e dar espaço para que os parasitas o usem como escada para chegar a ser deputados, ministros ou para obter algum outro carguinho no aparato estatal burguês.

A agudização da luta de classes tende a fazer reemergir a experiência política da classe, que na Bolívia chegou ao ponto em que as massas esgotaram as ilusões democráticas. O breve episódio de retomada destas ilusões, ligado ao ascenso do “índio” Evo Morales ao poder, já passou, as massas se radicalizam e retornam ao eixo revolucionário tradicional do movimento operário e popular boliviano. Neste cenário, os pequeno-burguesinhos, que posam de “revolucionários” e que aspiram a chegar ao parlamento agarrados nas saias de um burocrata qualquer, não terão tempo para mostrar seus grandes dotes de oratória e dar lições ao mundo de como é que se converte o parlamento em “tribuna revolucionária”.

“É um erro crer que é necessário um parlamento para o cretinismo parlamentar; basta uma tribuna oculta, um fórum distante da arena da luta onde se pronunciem falsos discursos, se levantem fórmulas estereis e se concretizem ‘alianças’ de um dia com jornalistas, pacifistas, coléricos, tenores e barítonos”, Trotsky, 13 de Junho de 1933.

Extraído do Masas, da Bolívia, n.2.319

deste país. É a referência obrigatória de todos os trabalhadores bolivianos; e o açoite implacável para a burocracia sindical, servente do Estado burguês.

Se o governo e seus capachos encrustados na Confederação creem que vão extirpar essa tradição revolucionária das bases imobilizando quatro dirigentes estão equivocados. Surgirão como fungos novos quadros que ocuparão o lugar dos castigados e não haverá poder algum que impeça esses valiosos quadros revolucionários pensar, expressar livremente seu pensamento e atuar no seio das bases enquanto o magistério não seja derrotado politicamente pelo governo e a situação política esteja marcada pelo rechaço cada vez mais radical do atual governo impostor do MAS.

Também denunciaremos que se reativa um processo iniciado por Miguel Lora contra Federico Pinaya por ter cortado abusivamente seus direitos sindicais e sua representação como atual executivo da Federação Cochabambina. A manobra está em que Pinaya responderá com uma reconvenção (inventar uma acusação contra Lora) para que os capachos do Conselho se encarreguem de impor-lhe uma sanção.

A única maneira de limpar com toda essa canalhice nas fileiras sindicais do magistério urbano é expulsando radicalmente a camarilha estalinista e oficialista de todas as organizações sindicais, impondo-se a necessidade de preparar um Congresso extraordinário a partir das bases do magistério nacional para conquistar este propósito.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2318, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)